

TESE

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

CAMPUS DE MARÍLIA - SP

PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, NÍVEL DE MESTRADO SVE

CLASS.: 370.19

A 668 e

TOMBO: 660

EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA:

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O SEU ESTUDO

MARGARIDA ARCARI



MARÍLIA

1995

1410000660



370.19
A668e
660

MARGARIDA ARCARI

EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA:

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O SEU ESTUDO

AGRADECIMENTOS

Rondônia, pela liberação que me permitiu efetivar este curso.

À UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, SP, por criar esta possibilidade.

Ao Manoel, pela Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP - Marília para obtenção do Título de Mestre
Ao Orientador, pela lucidez, dedicação e trabalho.

orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel para que

tudo pudesse chegar a bom termo.

MARÍLIA

1995



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	
HISTÓRICO, PROCESSO DE OCUPAÇÃO E TENDÊNCIA NO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA	
1. HISTÓRICO	8
2. A OCUPAÇÃO	13
3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA	16
4. REDE URBANA	19
5. CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA	21
6. BASE ECONÔMICA URBANA	24
7. ASPECTOS URBANÍSTICOS	25
CAPÍTULO II	
ITINERÁRIO DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA	
1. ITINERÁRIO DA	AGRADECIMENTOS
	30
A MUNICIPALIZ	À UNIR - Fundação Universidade Federal de
RONDÔNIA	Rondônia, pela liberação que me permitiu efetivar este
	curso.
1. O ESTADO	À UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus
2. O ENSINO	de Marília, SP, por criar esta possibilidade.
2.1. Pré Escolar	Ao Manoel, pelo apoio todos os dias.
2.2. Primeiro Grau	À Samara e Andressa, razão do meu viver.
2.3. Segundo Grau	Ao Orientador, prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel, pela
CONSIDERAÇÕES	lucidez, dedicação e paciência durante o percurso deste
	trabalho.
1. MIGRAÇÃO, UM	A todos que de alguma forma contribuíram para que
2. URBANIZAÇÃO	tudo pudesse chegar a bom termo.
3. EDUCAÇÃO	54
CONCLUSÃO	57
ANEXOS	59
BIBLIOGRAFIA	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
------------------	---

CAPÍTULO I

HISTÓRICO, PROCESSO DE OCUPAÇÃO E TENDÊNCIA NO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA

1. HISTÓRICO	8
2. A OCUPAÇÃO	13
3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA	16
4. REDE URBANA	19
5. CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA	21
6. BASE ECONÔMICA URBANA	24
7. ASPECTOS URBANÍSTICOS	25

CAPÍTULO II

ITINERÁRIO DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA

1. ITINERÁRIO DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA	30
---	----

CAPÍTULO III

A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO ESTADO DE RONDÔNIA

1. O ESTADO	43
2. O ENSINO	44
2.1. Pré Escolar	46
2.2. Primeiro Grau	47
2.3. Segundo Grau	50

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. MIGRAÇÃO, UM ATO POLÍTICO	53
2. URBANIZAÇÃO	54
3. EDUCAÇÃO	55
CONCLUSÃO	57
ANEXOS	59
BIBLIOGRAFIA	73

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, além de instrumento parcial de avaliação para conclusão do curso de pós-graduação, nível de mestrado, pretende ser uma primeira tentativa de estudo a respeito da educação em Rondônia. Educação esta, caracterizada dentro do contexto de uma sociedade em formação, historicamente situada.

Pretende:

- focalizar a educação no itinerário histórico percorrido pela ocupação do Território e pela política de instauração dos projetos de colonização do Estado de Rondônia.
- Analisar dados educacionais por volta de 1983 período em que a Unidade Rondônia está se estruturando enquanto Estado.
- Traçar considerações sobre a Municipalização do Ensino, ocorrida justamente quando Rondônia deixa de ser Território.

Em todos estes aspectos, torna-se importante considerar a abordagem histórica dos fatos da educação como instrumento indispensável de análise das situações presentes.

CAPÍTULO I

“Todo o passado da humanidade contribuiu para estabelecer esses traços, como também o deixou a história dos povos que nos precederam. Da mesma forma, os organismos superiores trazem em si como que eco de toda a evolução biológica de que são o resultado. Quando se estuda historicamente a maneira pela qual se desenvolveram os sistemas de educação, percebe-se que eles dependem da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, dos estados das indústrias (...) Não podemos agir sobre elas senão na medida em que sabemos qual é a sua natureza e quais as condições de que dependem, e não poderemos chegar a conhecê-las, se não nos pusermos a estudá-las, pela observação, como o físico estuda a matéria inanimada, e o biologista, os corpos vivos.”
(DURKHEIM, E. 1965)

1 - HISTÓRICO

Rondônia faz parte da Amazônia brasileira. É considerada região de fronteira agrícola. Entendida como tal, numa primeira abordagem, sua característica é de ser um espaço vazio, para o qual são empurrados os contingentes populacionais excedentes de centros urbanos ou de outros meios rurais.

CAPÍTULO I

Fronteira agrícola, caracterizada pela ocupação e incorporação de novas terras por pequenos agricultores, oriundos de regiões onde era impossível obter a posse de uma pequena propriedade, conforme a interpretação de G. O. Brunelli¹.

No entanto, essa tendência atual não esconde o fato de o Território Federal de Rondônia ter sido criado em uma área de extensa e intensa ocupação feita pelos grande latifundiários pertencentes a grupos nacionais e, principalmente, internacionais, conforme se verá adiante.

Sua origem remonta a março de 1733, quando foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, no Rio Negro, que rapidamente se tornou uma das mais importantes e regulares rotas de comércio entre o Brasil e a Rússia, também conhecida como a rota da tartaruga.

HISTÓRICO, PROCESSO DE OCUPAÇÃO E TENDÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA

Sabedora das potencialidades da região e provavelmente pretendendo anexá-la a seus domínios, a Coroa Espanhola, em maio de 1799, enviou Alexander Von Humboldt para levar a cabo um das mais valiosas expedições realizadas na América do Sul. Entretanto, ordens vindas da Coroa Portuguesa instruíram o governador do Pará impedir "...tal barão Humboldt" de visitar e explorar a Amazônia e aprisionar os viajantes que o acompanhassem, confiscar coleções e documentos. Foram libertados mais tarde e tudo lhes foi devolvido com a condição de se manterem longe das terras coloniais portuguesas.

Esse fato alerta o grande interesse econômico que a região despertava e os problemas políticos e diplomáticos daí advindos.

Por outro lado, Portugal cada vez mais dependia dos recursos coloniais, sendo natural, portanto, que a Coroa se preocupasse em avaliá-los. Por isso, foram realizadas diversas expedições científicas sob o comando de sábios e especialistas. Por exemplo, em julho de 1788, a Congregação da Universidade de Coimbra aprovou

¹ BRUNELLI, G.O. *O desenvolvimento contra os índios, passim*.

² Ordem religiosa masculina, que também tem uma vertente feminina. Foi criada no século XII por S. Basílio de Calábria e mais dez companheiros, quando originou, no Monte Carmelo, um mosteiro em honra a N.S. do Carmo.

CÂMARA, Jaime de Barros. *Apendimentos de história eclesiástica*, p. 286.

1 - HISTÓRICO

Rondônia faz parte da Amazônia brasileira. É considerada região de fronteira agrícola. Entendida como tal, numa primeira abordagem, sua característica é de ser um espaço vazio, para o qual são empurrados os contingentes populacionais excedentes de centros urbanos ou de outros meios rurais.

Fronteira agrícola, caracteriza-se pela ocupação e incorporação de novas terras por pequenos agricultores, oriundos de regiões onde era impossível obter a posse de uma pequena propriedade, conforme a interpretação de G. O. Brunelli¹.

No entanto, essa tendência atual não esconde o fato de o Território Federal de Rondônia ter sido criado em uma área de extensa e intensa ocupação feita pelos grandes latifúndios pertencentes a grupos nacionais e, principalmente, internacionais, conforme se verá adiante.

Sua origem remonta a março de 1755, quando foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, instalada em 7 de maio daquele mesmo ano, a qual cresceu rapidamente. A agricultura, por exemplo, teve um desenvolvimento bastante aceitável e regular graças aos Carmelitas² que a iniciaram em terras por eles ocupadas. Consta também que havia a fabricação de manteiga, banha e a comercialização de ovos de tartaruga.

Sabedora das potencialidades da região e provavelmente pretendendo anexa-la a seus domínios, a Coroa Espanhola, em maio de 1799, enviou Alexander Von Humboldt para levar a cabo uma das mais valiosas expedições realizadas na América do Sul. Entretanto, ordens vindas da Coroa Portuguesa instruíram o governador do Pará impedir "...tal barão Humboldt" de visitar e explorar a Amazônia e aprisionar os viajantes que o acompanhassem, confiscar coleções e documentos. Foram libertados mais tarde e tudo lhes foi devolvido com a condição de se manterem longe das terras coloniais portuguesas.

Esse fato atesta o grande interesse econômico que a região despertava e os problemas políticos e diplomáticos daí advindos.

Por outro lado, Portugal cada vez mais dependia dos recursos coloniais, sendo natural, portanto, que a Coroa se preocupasse em avaliá-los. Por isso, foram realizadas diversas expedições científicas sob o comando de sábios e especialistas. Por exemplo, em julho de 1788, a Congregação da Universidade de Coimbra aprovou

¹ BRUNELLI, G.O. *O desenvolvimento contra os índios*, passim.

² Ordem religiosa masculina, que também tem uma vertente feminina. Foi criada no século XII por S. Bertoldo da Calábria e mais dez companheiros, quando erigiram, no Monte Carmelo, um mosteiro em honra a N.S. do Carmo.

CÂMARA, Jaime de Barros. *Aportamentos de história eclesiástica*, p. 206.

o nome do naturalista baiano, Alexandre Rodrigues Ferreira, designado pelo Doutor em História Natural, Domingos Vandelli, para realizar expedição exploratórias.

Criada a capitania do Rio Negro, posteriormente o Estado do Amazonas, a povoação da Amazônia alcançou limites extremos, utilizando todos os meios, desde a colonização com pequenas propriedades, até o latifúndio, e empregando todos os recursos, desde a concessão pelo poder público, até a compra, passando pela apropriação por meio de armas.

Os mais antigos invasores foram os "mojos" (mojuenses - vindos de Moju, um município do Pará) e bolivianos, encontrando-se nos "cacabuales" (banheiros improvisados) na margem esquerda do rio Madeira as provas dessas invasões. Desde aquela época, o rio Madeira já era visto como o caminho mais curto para unir Belém do Pará à Capitania do Mato Grosso.

Desde então, aquela região se tornou alvo da cobiça internacional - vários foram os países que tentaram e muitos conseguiram, adquirir terras região, pelos mais diversos meios possíveis.

Vários autores já estudaram o assunto, dos quais cito 02 mais recentes, Nicélio Cezar Tonelli, com seu texto *A diplomacia e capitalismo internacional: a incorporação do Acre ao Brasil (1898 - 1904)*.

Através da leitura deste autor, e outros adiante indicados, pode-se fazer um mapeamento da presença estrangeira na região.

Em 1872, foi instalada a primeira empresa multinacional de transportes fluviais, a **Amazon Steam Navigation**, apesar das várias cachoeiras existentes, por exemplo, as 19 existentes no rio Madeira.

Em 1882, a Comissão Morsing, composta por americanos, percorreu toda a região do alto rio Madeira, justamente na "raiz" da ferrovia Madeira-Mamoré.

Já no final do século passado, do Acre saía a borracha vendida para a Inglaterra, que depois a revendia para os Estados Unidos, industrializadores do produto. Para excluir a Inglaterra do papel de intermediário, o presidente norte americano, Theodore Roosevelt, se uniu à Bolívia, incentivando a criação do **The Bolivian Syndicate of New York**, empresa organizada ao estilo das "chartered companies" britânicas, em cuja direção instalou um de seus sobrinhos.

Parece que então se elaborava um verdadeiro plano de internacionalização da Amazônia, através de um acordo entre Bolívia e Estados Unidos, do qual resultaria a **República do Acre**. Nesse contexto é que se explica a

Guerra do Acre, comandada pelo Coronel Plácido de Castro, em 1903, que tornou possível a plena anexação do território ao Brasil.

Não somente a Amazônia brasileira era invadida por estrangeiros, especialmente americanos. Também a região entre o sul do País, Mato Grosso e Pará foi objeto de disputa e posse por parte de estrangeiros.

Um exemplo disso foi Percival Faquhar, um dos empreendedores da construção da Estrada Ferro Madeira-Mamoré, que na região possuía 14 milhões de acres (mais de cinco milhões e meio de hectares), sendo, portanto, o maior proprietário de terras do Mato Grosso. Além dessas terras, recebeu do governo brasileiro 60.000 Km², onde hoje se situa o Estado do Amapá.

Outros grandes proprietários podem também ser detectados na região. Por exemplo, o engenheiro Ben Hart, americano, era administrador, provavelmente proprietário de uma grande fazenda na fronteira do Brasil com a Guiana Britânica, de 1913 a 1950. Também Américo Casara, arquiteto italiano, se radicou no vale do rio Guaporé, fronteira com a Bolívia, onde possuiu legalmente cerca de 300 mil hectares de terras.

Assim, nada a estranhar que, desde a década de 1920, superiores de missões religiosas advertissem as autoridades constituídas de que os latifúndios brasileiros estivessem se transformando em propriedade de cidadãos estrangeiros, em especial americanos.

Em sua dissertação de Mestrado, o Prof. Emanuel Pontes Pinto cita um certificado expedido pela Direção de Terras e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso, notificando títulos definitivos de posse na margem direita do rio Guaporé, num total de 5.950 hectares, concedidos a diversas empresas estrangeiras, dentre elas, **Stopen, Sechemack, Müller & Cia**, além da posse, posteriormente legitimada, de mais de 6.602 hectares, dos quais mais de 3.391 hectares já pertencentes a J. P. Cebalho. Note-se que J. P. Cebalho teve sua posse legitimada pelo governo do Estado do Mato Grosso em 03 de abril de 1929.

Entre o rio Mequém e a serra dos Parecis, nas proximidades da Bolívia, **Müller & Cia** possuía 12 parcelas de terras que, por um golpe mágico descrito pitorescamente por Emanuel Pontes Pinto, se transformaram em 16. Convém ressaltar que todas elas, na verdade, pertenciam a um "vassalo" do "Eje" (chefe), que exerceu a função de vice-cônsul da Alemanha em Guajará-Mirim até o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e aquele país.

Deve-se observar que o número de alemães da região não justificava, por certo, a existência de um vice-consulado. No entanto, a política alemã do **Lebensraum** olhava ambiciosamente, não apenas seus próprios vizinhos europeus, mas também o restante do mundo, onde as "raças superiores" pudessem se

estabelecer, em detrimento dos "povos inferiores e decadentes", como os sul americanos.

Denise Meirelles, antropóloga, relata que, atraída pela produção de borracha, foi notável a presença de várias empresas estrangeiras no vale do Guaporé, dentre elas a Cibllis & Cia, a Guaporé Rubber e a Societé Industrielle et Agricole du Bresil, com sede em Antuérpia. Salienta, no entanto, que a elas não era permitida a formação de nenhum povoado.

A Agência Comercial era uma das empresas comerciais americanas atuantes na região, onde fez consideráveis investimentos: em Porto Velho construiu uma fábrica de gelo, lavanderia à vapor e sistema funicular de carga e descarga no porto do rio Madeira.

Anos depois, em 1942, o Tratado de Washington, buscando reativar a produção em larga escala do látex e, assim, normalizar o abastecimento das tropas aliadas, criou vários órgãos destinados à coordenação da produção de borracha na Amazônia, principalmente na região do alto rio Madeira, dentre os quais estão:.

Rubber Reserue Company, que posteriormente passou a se chamar Rubber Development Company- RDC, o Serviço Estadual de Saúde Pública, o Banco de Crédito da Borracha (BCB), a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) a Comissão Brasileira Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, a Colônia Agrícola Nacional do Amazonas e o Instituto Agrônomo do Norte.

Naquele mesmo ano de 1942, em plena II Guerra, novamente centenas de americanos do setor da construção civil trabalharam no norte do Brasil supervisionando outra centena de trabalhadores brasileiros, com o objetivo de construir rapidamente bases aéreas, para segurança e prevenção de um ataque nazista partindo do norte africano, região sob o domínio de tropas alemãs.

Foi nesse contexto que surgiu a figura de um líder da região.

O nacionalismo da era getulista já estava difundido por todo o Brasil e nele amadurecia a figura de Aluizio Pinheiro Ferreira, um militar que, por motivos políticos, percorria todo o Pará em direção ao extremo oeste brasileiro.

Foi assim que, encarregado pelo Ministro José Américo de Almeida, o capitão Aluizio Ferreira, que já era delegado da Comissão Central Revolucionária do Rio de Janeiro e também chefe do Distrito Telegráfico do Mato Grosso, tornou-se espião dos administradores americanos da Madeira-Mamoré Railway Co, que ainda permaneciam na função, mesmo após o término da construção da ferrovia.

Aliás, desde o início da construção daquela ferrovia, instalou-se um clima tenso entre os administradores, a população e o próprio governo brasileiro, exatamente pelo ônus financeiro dessa obra. É evidente que, em se tratando de um empreendimento oneroso, a administração da ferrovia buscasse alcançar o maior lucro possível num prazo mais rápido possível, mesmo que para isso interpretasse a seu modo os termos do contrato celebrado entre ela e o governo brasileiro. Evidentemente essa situação gerou tensões e conflitos na região.

A data de 10 de julho de 1931 marcou a primeira grande vitória do líder no extremo brasileiro do alto rio Madeira : a transferência da administração daquela ferrovia para as mãos do Governo Federal.

Como decorrência diria "natural" e óbvia, o novo diretor da ferrovia Maderia-Mamoré foi o capitão Aluizio Pinheiro Ferreira.

Conforme adverte o desembargador Hélio Fonseca, a nacionalização da administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi o marco decisivo para a transformação daquela região em Território Federal. Não só isso, no entanto - preocupado com a integridade geográfica e política da região fronteira com a Bolívia e com a própria soberania nacional, o capitão Aluizio alertou o Ministro da Guerra sobre a necessidade de uma presença mais efetiva na zona de fronteiras. O Ministério da Guerra o nomeou Inspetor de Fronteira, encarregado daquela vigilância.

Em 1936, um avanço em direção à criação do Território Federal do Guaporé foi o cessar definitivo do contrato de administração da **Madeira-Mamoré Railway Co.** e a visita que vários oficiais do Exército Brasileiro fizeram a Porto Velho.

O cap. Aluizio e a alta hierarquia das Forças Armadas, em especial o Exército, eram adeptos de uma antiga tese, vinda dos tempos do Império Romano, "divide et impera", tese que também teve seus defensores já à época do I Reinado, dentre eles, José Bonifácio de Andrada e Silva, e está inscrita na própria Constituição do Império, de 1824, em seu artigo 2. No âmbito dos intelectuais, vamos encontra-la também nos escritos de Tavares Bastos e Alberto Torres. Na prática, tal tese significava o seguinte: dividir o país em tantas unidades político-administrativas quanto possível, para garantir a posse a governabilidade da Nação.

Naquele momento histórico, a antiga preocupação com a presença de estrangeiros na região amazônica passou a ser uma quase paranóia, confundindo interesses de internacionalização.

São justamente desse período as grandes concessões de latifúndios no Mato Grosso, sancionadas pelo governo de Getúlio Vargas com a finalidade de estabelecer o povoamento e a colonização da região. Exatamente por isso, Vargas determinou que as vendas de terras incultivadas nos Estados do Amazonas, Pará e

Mato Grosso, se restringissem a pequenas áreas, quando destinadas ao cultivo de produtos nativos e áreas maiores, quando destinadas à pecuária.

Um passo a mais em direção a segurança nacional naquela região se deu em 1938, quando foi elaborado o anteprojeto do Decreto Lei que criaria o Território Federal de Guaporé. Elaborado em 1938, o Decreto só foi sancionado e, 13 de setembro de 1943, após um longo trabalho preparatório e a superação de inúmeras dificuldades.

Dadas as características da região, sua riqueza natural, sua condição de região fronteiriça, a presença de minerais nobres, em especial o ouro de aluvião, o interesse internacional continuou, mesmo após a criação do Território Federal do Guaporé, depois Rondônia, adentrando mesmo a segunda metade do século XX.

Entre 1956 e 1957, a FAO (Food And Agricultural Organization ou Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) enviou duas missões àquela região com o objetivo de realizar um levantamento mineralógico.

Na década de 1960, através da **Operação Amazônica**, organizada pelo então Ministro do Planejamento, Roberto Campos, foram aprovado por técnicos brasileiros, europeus e norte americanos, cerca de 50 projetos agro-pecuários e de exportação de madeira. Em 1968, 150.000 Km² da Amazônia brasileira estavam em mãos de estrangeiros.

2 - A OCUPAÇÃO

Com a consolidação de Rondônia como Estado, o governo estabeleceu uma política de ocupação, fixando diretrizes que permitissem integrar a região do desenvolvimento nacional. Formulou Projetos de Colonização com ostensiva divulgação na imprensa, vendendo a imagem de Rondônia como "mina de ouro" e "terra boa acessível a todos."³

A ocupação do Território de Rondônia começou de forma mais efetiva nos finais do século XIX, no momento em que a extração da borracha e, em menor escala, a extração da castanha atraíram para a bacia do alto rio Madeira um fluxo de migrantes principalmente nordestinos.

Posteriormente, na segunda metade do século XX, o povoamento estendeu-se ao longo do vale do rio Mamoré, com migrantes do Mato Grosso.

³ SEPLAN. *Relatório da Secretaria do Planejamento - SEPLAN*, 1980.



A perda da importância da borracha no mercado internacional provocou emigração maciça do território, apurando-se, no Censo de 1940, uma população de apenas 32.591 pessoas no Território.

Já na década de 1960, processa-se um movimento inverso, iniciando uma verdadeira "corrida para Rondônia" após a conclusão da rodovia BR 364 (Cuiabá - Porto Velho) e a divulgação da notícia da existência de disponibilidade de terras agricultáveis no Território, e isso no momento em que a agricultura do Centro-Sul do país estava expulsando milhares de trabalhadores do campo.

A nova tendência do fluxo migratório se mostra claramente no Censo de 1970, comparado ao de 1980. Se em 1970, o Censo acusava a existência de 116.200 habitantes, em 1980 o Censo acusou a presença de 503.125 habitantes. Em outras palavras, o crescimento populacional em dez anos foi da ordem de 75,4%.

Segundo a Secretaria do Planejamento do Território, em 1973, chegavam a Rondônia uma média de 100 famílias por mês. Esse fluxo intensificou-se a partir de 1974, sendo que, em 1976, a entrada de famílias em Rondônia foi a ordem de 900 por mês. As estimativas demográficas apontam uma intensificação do fluxo migratório de 1974 até 1976, uma diminuição em 1977 e uma retomada a partir de 1978.

O contínuo e intenso contingente migratório que se dirigiu para Rondônia foi constituído basicamente por pequenos proprietários, posseiros, parceiros (os que trabalhavam por uma parcela da produção agrícola) e assalariados rurais expulsos principalmente da agricultura do Centro-Sul, aos quais se juntavam aqueles que chegavam de recentes fronteiras agrícolas, como o sul de Mato Grosso, do nordeste e do Paraná e que representavam uma parcela significativa.

A intensificação migratória frente a uma ocupação espontânea e desorganizada de terras da União, feita por particulares e companhias de colonização, causou muitos e sérios conflitos entre os novos e os antigos ocupantes. Coube ao **INCRA**, a partir de 1970, elaborar e implantar Projetos Integrados de Colonização (**PIC**) no Território, com o objetivo de regularizar a situação da posse das terras e assentar novos migrantes. Desde então, as famílias migrantes vêm sendo assentadas em Projetos de Colonização, mas o excedente desses Projetos ainda continua existindo, provocando apropriações irregulares.

O critério básico empregado pelo **INCRA** para o assentamento dos colonos foi o nível de capacitação econômica e administrativa dos candidatos, incluindo a força de trabalho da família. O sistema escolhido para a disposição física dos lotes de terras foi um denominado de "espinha de peixe", onde os lotes, de forma retangular, são dispostos ao longo de estradas vicinais que cortam o eixo de uma estrada principal no seu sentido transversal.

Essa metodologia operacional para o assentamento de agricultores, embora propondo-se conduzir seus programas num certo grau de flexibilidade, adotou um sistema de organização bastante rígido⁴. Os lotes têm todos a mesma forma e tamanho, independentemente da qualidade do solo, da disponibilidade de água, do acesso às vias de comunicação e distância do centros urbanos. Assim, as parcelas apresentam potencialidade de produtividade diferentes, gerando desde o início da experiência da colonização, diferenciações quanto ao desempenho dos parceiros.

Estudos feitos em Rondônia têm demonstrado a lentidão com que se desenvolvem os trabalhos de distribuição de terras e especialmente o trabalho de emissão dos títulos de posse daqueles lotes regularmente ocupados. Pode-se afirmar, sem muito medo de errar, que o processo de assentamento envolvendo a seleção de famílias e a construção de estradas ocorreu somente nos primeiros anos de implantação. Daí em diante, o que se assistiu foi a falência dessa forma de acesso à terra.

A morosidade com que o **INCRA** tem promovido o assentamento, deu origem a invasões de terras fora dos projetos de colonização. Um grande número de famílias penetram na floresta seguindo o traçado das últimas parcelas, fazendo elas mesmas a demarcação dos lotes. A tendência de estender os projetos de colonização existentes, desfigurando-os e congestionando sua estrutura de apoio reflete causas mais profundas e que poderiam ser encontradas nos estudos prévios que deram origem à implantação dos projetos de colonização oficial: além do desconhecimento total da área, deficiências relacionadas com a criação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades agrícolas e ao funcionamento dos programas de apoio ao pequeno produtor etc.

A previsão de assentamento do Projeto era de 83.876 famílias até o ano de 1986. Comparando com a migração para Rondônia, podemos deduzir que somente uma pequena parcela teve acesso aos lotes. Por exemplo, a previsão de assentamento para o ano de 1982 era de 2.570 famílias; no entanto, somente no primeiro semestre daquele ano migraram para Rondônia 12.679 famílias.

Cabe lembrar que os dados indicados referem-se ao período de 1979 em diante. Estudos realizados indicam que a capacidade de absorção populacional prevista para os projetos ficou muito aquém da realidade. O **INCRA** previa a possibilidade de assentar 23.000 famílias até 1980, quando já existiam, em 1977, 30.000 famílias à espera de lotes⁵.

Quais as alternativas para esse contingente de agricultores? Muitos deles se deslocavam para outras áreas dentro do próprio Território. Outros, regressavam ao Estado de origem. Pesquisa feita junto à Secretaria da Fazenda do Estado constatou que estavam retornando aos locais de procedência, em média, duas famílias por dia, de cada município, isto é, uma média de 82.000 pessoas por ano. E

⁴ TURCCHI, L.M. *A colonização dirigida* ..., passim.

⁵ Idem, *Ibidem*.

essa média foi calculada tomando-se por base aqueles que solicitaram licença oficial para se mudarem. Mas, havia outros ainda que saíam de Rondônia sem darem conhecimento, o que aproximaria essa cifra da casa de 100.000⁶ pessoas. Outros ainda, procuravam emprego em cidades da região que apresentavam maiores índices de crescimento.

Um outra alternativa encontrada pelos "sem-terras" naquela época, foi trabalhar como assalariados (diaristas, safristas ou permanentes) ou optarem por parcerias (meeiros, terceiros, quartistas) ou, no limite, a invasão de terras.

Observa-se, assim, o aparecimento de uma situação não prevista pelos que organizaram e executaram o projeto: a existência de mais de uma família vivendo em um mesmo lote de terras. Isso mudou a estrutura da posse da terra e da produção agrícola da região, alterando tanto o tipo como a expectativa futura da colonização.

No caso do PIC-Ouro Preto, do total de famílias residentes em 1977, 24,3% correspondiam a "agregados" que viviam nos lotes dos parceiros. Essa ocorrência se observou, e se observa ainda, em quase todos os demais projetos de colonização oficial em Rondônia⁷.

A situação acima reproduz, nas áreas de fronteira agrícola, as relações de produção existentes nas áreas de origem, levando à proliferação e aceleração do processo de "minifundização", disputas pela posse da terra e a eventual expulsão do trabalhador agrícola⁸.

3 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Em fins da década de 1960, a corrente migratória para Rondônia tornou-se cada vez mais crescente, originando uma verdadeira explosão demográfica, circunstância que levou o INCRA, como Coordenador da Política Agrária, a proceder a criação de vários Projetos Fundiários de Colonização e Assentamento Dirigido, tendo como finalidade a solução dos problemas fundiários no Território.

Três esquemas de ocupação definiam a situação fundiária da região:

⁶ Pesquisa realizada pelo CEPAMI: Centro de Estudos e Pastoral dos Migrantes. Ji-Paraná, 1989.

⁷ TURCCHI, L.M. *Op. Cit.*

⁸ MARTINE, George. *Colonização e expansão da fronteira agrícola no Brasil*, passim.

1.) Áreas de projetos de colonização do **INCRA** com 07 projetos: (Projetos de Assentamentos Dirigidos - PAD, e Projetos Integrados de Colonização - PIC):

PAD Marechal Dutra, com 494.661 ha. divididos em parcelas de 120 ha. no município de Ariquemes.

PAD Burareiro, com 304.925 ha. divididos em parcelas de 250 ha. no município de Ariquemes.

PIC Padre Adolfo Roll, com 312.422 ha. divididos em parcelas de 100 ha nos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná.

PIC Ouro Preto, com 512.585 ha. divididos em parcelas de 100 ha. compreendendo também o setor Riachuelo, no município de Ji-Paraná.

PIC Ji-Paraná, com 479.737 ha. divididos em parcelas de 100 ha. e compreendendo os setores Ji-Paraná, Tatu, Prosperidade, Abaitará e Rolim de Moura, nos municípios de Cacoal e Pimenta Bueno.

PIC Paulo Assis Ribeiro, com 283.580 ha. divididos em parcelas de 100 ha. no município de Vilhena.

PIC Sidney Girão, com 59.800 ha. divididos em lotes de 100 ha. no município de Guajará-Mirim.

2.) Áreas de licitação de médias propriedades: eram grandes glebas divididas em lotes de 500 a 2.000 ha. e postos em licitação pelo **INCRA**. A maior gleba de áreas de licitação era a gleba Corumbiara, ao sul da região, englobando a metade do município de Pimenta Bueno e um terço do município de Vilhena.

Outra área de licitação que cabe destacar era a gleba Burareiro, no município de Ariquemes, com parcelas de 500 a 1.000 ha.

3.) Áreas de regularização fundiária: eram, geralmente, áreas invadidas em processo de regularização junto ao **INCRA**. Localizavam-se, principalmente, ao longo da rodovia BR 364 e nas periferias dos projetos de colonização. Na maioria dos casos, a ocupação seguia os padrões de ocupação de colonização do **INCRA**, com parcelas de 100 ha. A maior concentração desses estabelecimentos estava na região sul do município de Ji-Paraná e norte de Cacoal⁹.

⁹ INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). *Relatório*, 1972.



A raiz dos problemas fundiários encontra-se na questão agrária brasileira. O censo de 1980 revela que, em todo o Brasil, menos de 1% dos proprietários detêm 164 milhões e 500 mil ha. Isso equivale a 45% da área agricultável do país, que chega a 364 milhões de ha. De outro lado, estão os que possuem propriedades inferiores a 100 ha, ocupando apenas 20% das terras.

Conforme dados do INCRA, dos 52% da área rural ocupada, apenas 4,8% constitui-se em minifúndio, enquanto o latifúndio representa 43,5% do total¹⁰.

A tendência à concentração fundiária está nos primórdios da história do Brasil. Desde a colonização do país, quando a Coroa Portuguesa sacralizou o regime de sesmarias, os germes do latifúndio estavam plantados e só fizeram se desenvolver.

Turchi, no seu trabalho, refere-se às medidas adotadas recentemente pelo governo brasileiro em relação ao setor agrícola como "modernização conservadora". A estratégia mantém intocável a concentração de terras, intensifica os desequilíbrios sociais na agricultura, fortalece a grande empresa agropecuária, reprime as massas trabalhadoras rurais e, principalmente, faz crescer a expropriação e proletarianização do homem do campo¹¹.

Os ocupantes das áreas dos projetos são todos migrantes, vindos de diversos Estados do Brasil.

A migração, por sua vez, tem suas raízes nos fatores que a ocasionaram, na época, no Sul e Nordeste do Brasil:

"Com a entrada em vigor do Estatuto da Terra em 1963, o capitalismo rural, para não arcar com os encargos sociais do trabalhador rural, introduziu o assalariado volante, que é o primeiro potencial apto para migrar. A fronteira agrícola apresentava-se como alternativa de trabalho e acesso à terra. / No Sul e Nordeste, a introdução da mecanização e o lucro que ela trouxe, permitiram o surgimento do latifúndio. A isso somou-se a erradicação dos cafezais em 1965 e as intempéries climáticas, como a geada. Esses fatos propiciaram o surgimento de uma massa de trabalhadores apta a migrar. / Existiram também, além das causas de expulsão, causas de atração do migrantes para Rondônia, como : a)) as condições de tráfego quase permanente na BR 364, que levava a Rondônia. A BR 364 foi implantada em 1960 no

¹⁰ Idem, *Ibidem*, 1980.

¹¹ TURCCHI, L.M. *Op. Cit.*

governo de Juscelino e deu condições de acesso a uma região ainda virgem com grande potencial agrícola. b) a existência de extensas manchas de terras férteis próximas à BR 364 eram uma atração para aqueles voltados diretamente para o trabalho rural. c) a possibilidade de acesso a terras devolutas do então Território."¹²

4 - REDE URBANA

Até o fim da década de 1960, a rede urbana do Território de Rondônia restringiu-se às cidade de Porto Velho e Guajará-Mirim e a algumas vilas espalhadas ao longo dos rios Madeira e Mamoré.

Essas vilas surgiram e se desenvolveram durante o ciclo da borracha, vinculadas principalmente à ferrovia Madeira-Mamoré, eixo estruturador da economia da região, ligando os vales dos rios Guaporé-Mamoré e Madeira, por onde escoava a produção para comercialização em Manaus e Belém, centros polarizadores da vida econômica da Amazônia.

Os demais núcleos consolidaram-se como vila rurais, onde se comercializava borracha e se "aviavam" seringueiros e garimpeiros, refletindo a base econômica da região, que se caracterizava pelo extrativismo, pela agricultura de subsistência e por atividades artesanais rudimentares.

A crise da economia extrativista provocou a estagnação desse núcleos, transformando Porto Velho e Guajará-Mirim em centros receptores de seringueiros, castanheiros e garimpeiros que abandonavam a atividade falida, iniciando-se, então, o processo de crescimento da periferia dessas cidades.

Com a construção da BR 364, foi iniciado o processo de ocupação efetiva da região.

A rodovia acompanha por longos trechos o traçado das linhas telegráficas implantadas por Rondon no início do século, ligando Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, próximo de Porto Velho. Ao longo dessa linha, a partir dos postos telegráficos ali implantados, surgiram os núcleos de Vilhena, Presidente Hermes, Marco Rondon, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Ariquemes.

¹² BASSEGIO, L. & PERDIGÃO, F. *Terra, um atrativo para os migrantes*, p. 76.



Com a chegada da rodovia e a conclusão das pontes da BR 364, em 1967, a região passou a atrair milhares de migrantes provenientes do sul do país, que chegavam em busca de terras férteis e quase gratuitas. Os recém-chegados dirigiam-se a esses núcleos, onde estabeleciam uma primeira base antes de partir para a posse e o cultivo da gleba. Ali começaram a surgir alguns serviços de infra-estrutura e, em alguns casos, comércio relativamente diversificado. No entanto, em 1972, apenas Ji-Paraná, com 4.222 habitantes, e Ariquemes, com 965 habitantes, se destacavam como núcleos urbanos.

A situação alterou-se em 1972, quando a região da BR 364 começou a ser palco de sérios conflitos em torno da disputa pela posse da terra. Com o início de tais tensões o Governo Federal, através do INCRA, iniciou a implantação dos projetos de colonização ao longo da estrada.

Foi em torno dos escritórios do INCRA, em geral localizados nas vilas já existentes, que começaram a se desenvolver os núcleos que hoje formam a nova rede urbana de Rondônia. Essa hoje se compõe das cidades de Ariquemes, Jarú, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena, todas localizadas ao longo da BR 364. Mais recentemente, com a expansão das faixas de colonização, foram criadas novas cidades no interior do Estado de Rondônia.

Confirmando o inter-relacionamento entre o desenvolvimento urbano e os projetos de colonização oficial, verifica-se que, no grande espaço de áreas de licitação pública com mais de 180 Km ao longo da BR 364, localizado entre Pimenta Bueno e Vilhena, não houve a criação de núcleo urbano algum.

A nova rede urbana começou a se estruturar e a se hierarquizar em função do controle exercido sobre o processo de ocupação da terra, destacando-se nesse cenário Ji-Paraná, desde o início o maior dos núcleos e sede do escritório central do INCRA. Além de se constituir em centro urbano, Ji-Paraná apresentava, desde então, a vantagem de se situar em meio caminho entre Porto Velho e Vilhena.

Paralelamente à antiga rede de cidades, voltadas à economia extrativista, localizada às margens dos rios e direcionada no sentido norte (Manaus), a nova rede urbana será vinculada à agropecuária, localiza às margens das rodovias e direcionada no sentido Centro-Sul.

Enquanto que no município de Porto Velho a taxa média de crescimento anual de foi de 8% e a do município de Guajará-Mirim não passou de 4% nesse decênio, a taxa de crescimento variou de 22% em Ariquemes a 30% em Cacoal.

¹² Pesquisa feita pelo CEPAMI - Centro de Estudos e Pastoral dos migrantes - Ji-Paraná - RO, 1987.

5 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA

Entre 1979 e 1981, a migração para Rondônia atingiu um total de 285.000 pessoas¹³. No mesmo período, foram efetivamente assentadas em lotes rurais aproximadamente 37.000 famílias, o que corresponde a um total de 185.000 pessoas. Restaram então um total de aproximadamente 100.000 migrantes não assentados, que constituem hoje a população dos núcleos urbanos da BR 364. Essa população achava-se, em 1980, distribuída da seguinte forma:

Ariquemes	13.872
Jarú	8.051
Ji-Paraná	32.765
Ouro Preto do Oeste	5.042
Presidente Médici	3.148
Cacoal	13.671
Pimenta Bueno	8.111
Espigão do Oeste	3.025
Vilhena	12.990
Colorado do Oeste	7.512

Em 1970, a população urbana de Rondônia, incluindo-se Porto Velho e Guajará-Mirim, perfazia 60.000 habitantes. Em 1980, a população urbana totalizava 235.000 pessoas, sendo que 105.000 concentrados em Porto Velho e 24.000 em Guajará-Mirim.

Enquanto que no município de Porto Velho a taxa média de crescimento anual de foi de 8% e a do município de Guajará-Mirim não passou de 4% nesse decênio, a taxa de crescimento variou de 22% em Ariquemes a 50% em Cacoal.

¹³ Pesquisa feita pelo CEPAMI - Centro de Estudos e Pastoral dos migrantes - Ji-Paraná - RO, 1987.



Em 1980, a população urbana de Rondônia era de 235.000 pessoas, perfazendo 47% do total (502.000), enquanto que a população rural totalizava 267.000 pessoas, correspondendo a 53%.

Com pouco mais de 10 anos da abertura da rodovia, esses núcleos já se defrontam com problemas típicos de grandes cidades: altas taxas de crescimento urbano, problemas de habitação, saúde, transporte e emprego. Já se caracteriza uma típica crise urbana, que, respeitadas as peculiaridades e dimensões locais, não difere muito da existente na periferia das grandes cidades.

A crise urbana que ocorre nos núcleos de Rondônia vê em sua origem três condicionantes principais: o intenso fluxo migratório, a forma como vem ocorrendo a colonização e a formação da estrutura fundiária que, acrescidos de uma série de outros fatores, vem alijando da posse da terra de milhares de migrantes.

O desenvolvimento dos núcleos urbanos pode ser entendido pela comparação entre a rapidez dos fluxos migratórios e a morosidade do INCRA em atender a demanda por terras e em implantar uma infra-estrutura física nos projetos. A relação existente entre os fatores de progresso e estagnação da colonização indicam alguns elementos que têm determinado a rápida expansão das cidades.

Os núcleos, surgidos em função de uma base econômica de subsistência, apresentam altas taxas de crescimento não em função do crescimento da economia rural e urbana, mas, basicamente, em função da demanda por terras maior do que a oferta.

Um outro fator condicionante do acentuado crescimento urbano são as difíceis condições materiais de produção local nos projetos de colonização.

A análise dos programas de apoio ao colono revela a inexistência ou precariedade nas serviços de demarcação dos lotes, infra-estrutura física e social e assistência técnica, que dificultam a fixação dos colonos nos lotes, levando-os a deixarem seus familiares nos lotes urbanos. As condições de insalubridade, isolamento e dificuldades anteriores na produção são sérios obstáculos à consolidação dos programas de colonização.

De acordo com o documento, **Diagnóstico e perspectivas para o Território Federal de Rondônia - 1979**, do INCRA, a implantação dos projetos de colonização envolveria os seguintes programas: distribuição de terras, organização territorial, administração do projeto, assentamento, unidades agrícolas, infra-estrutura física, educação, saúde, previdência social, habitação rural, empresas cooperativas, crédito rural e comercialização.

Lutando contra as condições adversas do meio ambiente, a insalubridade, a inexistência de serviços médicos, de educação, de lazer, contra os grileiros, contra o isolamento criado pelas distâncias e pelas estradas intransitáveis, contra as dificuldades na obtenção de financiamento bancário, contra os esquemas de comercialização que aviltam os preços dos produtos agrícolas, as famílias dos parceiros fazem um verdadeiro milagre quando conseguem se manter no meio rural.

Nessa situação, o colono deixa de ocupar definitivamente a terra, preferindo residir no núcleo urbano, também em condições precárias, mas contando, pelo menos, com um mínimo de serviços, ocasionando forte tendência para o êxodo rural.

Muitos são os que, possuindo uma parcela de terras cedida pelo **INCRA**, continuam residindo nos núcleos urbanos. É comum encontrar nas cidades pequenos proprietários rurais que combinam o trabalho na terra com o eventual trabalho no meio urbano, ou com uma outra atividade urbana paralela.

Um outro fator condicionante para o "inchamento" dos centros urbanos foi a incapacidade, por parte do **INCRA**, em definir uma política de ocupação da terra. Os esquemas de licitação, utilizando-se de testas-de-ferro para conseguir lotes nas áreas desejadas, possibilitaram o surgimento de grandes e médias empresas agrícolas sob o disfarce de numerosas pequenas propriedades. A ação do **INCRA** tem se caracterizado por hesitação, quando não por completa complacência frente às pretensões dos grileiros e latifundiários. Tal situação significa que parcelas consideráveis do projeto de colonização fiquem vedadas aos migrantes, obrigando-os a se localizarem nos núcleos urbanos.

Embora o sistema de colonização, baseado na exploração familiar do lote de 100 ha. ainda seja predominante, a invasão pela grande propriedade, através da agregação de lotes, de licitações e pretensões de grandes áreas, ainda poderá vir a prejudicar a formação de uma estrutura mais distributivista, acarretando a expulsão do pequeno produtor.

Os migrantes desbravam e desmatam as terras, valorizando-as, para depois se verem na contingência de ter de vendê-las a pessoas de posses, sendo obrigados então a se interiorizarem cada vez mais, em busca de outras terras disponíveis ou dirigirem-se às cidades, abandonando a atividade agrícola.

Desse modo, a intensidade do fluxo migratório, relacionada com a insuficiência de oferta de terras e a ausência de uma efetiva política de ocupação voltada ao atendimento das necessidades sociais dos migrantes, tem acarretado fortes tensões sociais que tendem a se manifestar no meio urbano na medida em que as cidades da região não têm condições de atender a demanda por empregos e serviços.

6 - BASE ECONÔMICA URBANA

A expansão da economia rural, concomitante com as taxas de crescimento demográfico, quase quadruplicou, em pouco mais de 10 anos, a população de Rondônia, originando o surgimento, ao longo da BR 364, de vários núcleos urbanos.

No início, as famílias dos colonos que chegavam à procura de um lote rural instalavam-se em torno dos escritórios do **INCRA**. No prazo de espera, geralmente de 1 a 2 anos, o colono recebia um lote urbano e construía uma residência. Mesmo recebendo a parcela, muitos colonos permaneceram com o lote urbano, devido às enormes dificuldades de instalação e permanência na zona rural, conforme analisamos no item anterior. Muitos desses agricultores preferiam deixar a família no núcleo, desenvolvendo alguma atividade urbana, geralmente de pequeno comércio.

Um outro fato de fortalecimento desses núcleo urbanos foi a instalação de serrarias que acompanhou o processo de colonização, e que, por determinação do **IBDF** (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal), não poderiam ser instaladas fora do perímetro urbano.

O setor público também foi um condicionante de importância na formação dessa economia urbana. A localização diferenciada de administração dos investimentos públicos, criando maiores ou menores condições para o surgimento de outras atividades, beneficiou principalmente a cidade de Porto Velho, onde foram instaladas as Secretarias Governamentais, e em seguida Ji-Paraná, onde se localizava o escritório central do **INCRA** e onde o setor terciário se concentrou e desenvolveu maior especialização.

O fator principal do desenvolvimento desses núcleos foram as funções urbanas de apoio à atividade rural. Ali se concentrou todo elenco de serviços comerciais, bancários, de assistência técnica e social e de armazenamento, necessários ao funcionamento da economia agrícola.

Com o crescente fluxo de novos migrantes, no entanto, esses núcleos passaram a ser centros receptores de agricultores sem terra, a quem a incipiente base econômica urbana era incapaz de absorver produtivamente.

O setor secundário é quase inexpressivo em termos de oferta de empregos. As indústrias existentes limitam-se basicamente a serrarias e algum beneficiamento de cereais.

Os estabelecimentos comerciais, são, em sua maioria, de pequeno porte, não passando de empreendimentos familiares, pobremente instalados e de baixa rentabilidade. No pequeno comércio, as relações são primárias e os contratos de

trabalho são celebrados "de boca" o que, em geral, significa que o salário mínimo não é respeitado.

De modo geral, o setor de comércio e serviços absorve um contingente muito pequeno de trabalhadores, refletindo a pouca disponibilidade de serviços e equipamentos considerados essenciais para um aglomerado urbano. Exceções podem ser feitas a Porto Velho, com o aumento do Setor Público, Ji-Paraná e Cacoal, onde o comércio se apresenta mais desenvolvido devido à sua localização próxima dos dois maiores projetos de colonização do território. Mesmo assim, ali também se observa ser muito comum a utilização de membros da família como empregados.

No âmbito urbano, a absorção de mão-de-obra se caracteriza principalmente pela construção civil. Lavradores transformam-se, de uma hora para a outra, em pedreiros, pintores e marceneiros, trabalhando na implantação dos serviços urbanos.

A maioria dos núcleos apresenta um enorme contingente populacional flutuante que, para sobreviver, desloca-se constantemente em busca de serviços demandados por empresas agro-pecuária ou por parceiros bem sucedidos. Reproduziu-se, assim, o mesmo sistema de relações de trabalho das áreas do Centro Sul: os "bóia-frias". Esse modo de relação de produção reduz a demanda de mão-de-obra fixa, utilizando-a apenas temporariamente na época de safra. Nesse sistema, o trabalhador passa constituir uma reserva de mão-de-obra rural inserida no meio urbano.

7 - ASPECTOS URBANÍSTICOS

O crescimento demográfico, superou todas as previsões dos programas de colonização do INCRA, o processo de ocupação desordenado, em geral à revelia de qualquer planejamento, aliados à incipiência da economia regional, onde as culturas, ainda de baixa rentabilidade, não conseguem a capitalização dos núcleos urbanos foram os fatores que criaram, nas cidades da BR 364, uma crise urbana sem precedentes entre as cidades de fronteira agrícola.

As conseqüências desse processo são cidades formadas por milhares de casebres que se alinham ao longo de ruas mal definidas. Lama no período de chuvas, poeira no tempo das secas. Parece não haver plena consciência das péssimas condições de vida, da ausência de um mínimo de meios materiais necessários para as pessoas afirmarem que para os que vivem na zona rural a situação é ainda pior.

* Com a expressão "de boca" indica-se que, pelo fato de os contratos serem celebrados apenas oralmente, sem nenhum documento escrito e, não raro, sem testemunhas.

Nesses núcleos, tanto a urbanização, quanto a arquitetura são reflexos da dinâmica de transição entre duas épocas econômicas e não aparecem como produto acabado. O aspecto de transitoriedade desses núcleos só pode ser entendido em face do processo de desenvolvimento regional.

As comunidades urbanas constituem-se em agrupamentos heterogêneos, cuja principal característica é a provisoriedade. Essa situação reflete, não apenas as precárias condições econômicas da população, como também a perda de seu referencial de cultura frente a um meio estranho.

Na medida em que não existe titulação dos lotes urbanos, os terrenos são ocupados desordenadamente e de forma precária e as construções refletem esse estado de insegurança. Essa indefinição quanto à possibilidade de permanência é, em si mesma, um fator inibidor de um desenvolvimento harmônico.

Os núcleos, em sua totalidade, não possuem esgotos sanitários. Apenas uma parte da população utiliza fossa negra e o uso da fossa asséptica é quase inexpressivo. A grande maioria despeja os dejetos a céu aberto ou nos rios e igarapés. A contaminação da água é causa de alto índice de verminose e hepatite. As fossas extravasam facilmente devido a superficialidade do lençol freático e essas águas poluídas correm ao longo das ruas.

Também não existe rede de escoamento de águas pluviais. A água das chuvas escorre pelos arruamentos, erodindo o solo, criando poças de água que são campo fértil para a proliferação de mosquitos de todos os tipos, transmissores de doenças.

Em Ji-Paraná e Pimenta Bueno, núcleos localizados ao longo de igarapés represados pela BR 364, a situação é particularmente grave. Os imensos bolsões de água estagnada geram, no período das chuvas, doenças endêmicas em grande escala.

Em todos esses núcleos, a questão sanitária é o mais grave dos problemas urbanos.

Nas poucas cidades onde já existe implantação de redes de abastecimento de água, o atendimento é parcial. O baixo nível de renda impede a população ter acesso a esse serviço, devido o custo de ligação e manutenção do fornecimento de água. Na verdade, o atendimento não cobre nem mesmo o número de ligações de água já existentes.

O método mais comum de captação de água para uso doméstico, além das cacimbas (poços cavados e preparados para o recolhimento da água das chuvas, principalmente), é a coleta nos rios e igarapés. O problema da contaminação da água

é grave, uma vez que a população não toma precauções mínimas de higiene no seu consumo.

Em algumas cidades (Cacoal, Pimenta Bueno e Presidente Médici) os poços secam na estação de estiagem e o abastecimento passa a ser efetuado por aguadeiros, que colhem a água nos rios e a vendem à população.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, as cidades da BR 364 são servidas pelo sistema de usinas termoeletricas da CERON (Centrais Elétricas de Rondônia). Operam, geralmente, no período de 18 a 23 horas e ininterruptamente nos finais de semana. Os cortes e queda de tensão são freqüentes. A oferta de energia já é bem inferior à demanda. Em decorrência dessa deficiência, o comércio e algumas residências utilizam-se de geradores próprios e, não raro, vendem energia.

Os serviços de saúde são deficientes, qualitativa e quantitativamente, com recursos financeiros escassos, corpo técnico insuficiente para atender a população rural e urbana, e consistem na mais grave falha dos sistemas de serviços de apoio à população, devido à insalubridade da região.

Praticamente não existem serviços médicos preventivos e profiláticos, mas apenas alguns programas de vacinação e combate à malária. A rede particular que surgiu para suprir as falhas dos hospitais públicos, cobra altas taxas de consulta e internação, dificultando o acesso da população.

O transporte interurbano se faz pela BR 364, cujo tráfego é praticamente interrompido no período das chuvas. O transporte urbano-rural, de capital importância, porque dá apoio aos núcleos de colonização, se processa sobretudo através de caminhões particulares e de "ônibus-coloneiros", atingindo poucas estrada vicinais e cobrando preços extorsivos. No período das águas, as estradas ficam intransitáveis. O escoamento da produção é dificultado e o acesso da população rural aos núcleos urbanos torna-se extremamente difícil. É muito grande o número de famílias que, na estação das chuvas, abandonam os lotes rurais, temendo contraírem doenças e ficam isoladas sem possibilidade de chegar àquele mínimo de atendimento oferecido pelos núcleos urbanos. A precariedade do sistema de transporte e a péssima condição das estradas, provocando o isolamento da população rural, é um dos maiores entraves à fixação definitiva dessa população nos lotes rurais.

O sistema viário urbano também é de extrema precariedade. As ruas muitas vezes não têm traçado contínuo, sendo interrompidas em diversos trechos. Na sua maioria estão em péssimo estado de conservação, com enormes buracos, toras e raízes de árvores obstruindo o tráfego. Não existe pavimentação - lama e atoleiros, na estação das chuvas, poeira na seca, agravando os problemas de saúde e higiene da população.

O próprio sistema arquitetônico (se é que se pode falar em arquitetura naquela região) empregado é ainda completamente desapropriado para as condições climáticas da região - o uso de telhas de amianto e as poucas aberturas feitas para a circulação do ar tornam as residências quentes, desconfortáveis e insalubres.

As casas da população ribeirinha, conhecidas como tapiris, são em geral, palafitas, mesmo quando construídas em áreas não alagadas, onde as casas são elevadas alguns centímetros do solo para evitar a umidade natural da região.

A palafita, de fato, constitui a principal característica da arquitetura amazônica. Os materiais empregados são, geralmente, a maçaranduba e a jubuai-ferro para a estrutura, a paxiúba para pisos e paredes e o cavaco e a palha para os telhados. A ocupação do espaço doméstico é muito simples, sendo comuns os terraços e a inexistência de divisões internas.

ITINERÁRIO DA EDUCAÇÃO EM
RONDÔNIA



1 - ITINERÁRIO DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA

Conforme capítulo anterior, a história da ocupação do Território e a conformação demográfica de Rondônia são resultados de migrações contínuas, desde o início do século, o que caracteriza seu perfil. A dinâmica social e os movimentos das populações configuram-se aqui com peculiaridades próprias. Vinculadas a estas especificidades, a área educacional, porque uma das formas de expressão da prática social, fica submetida às formas históricas do sistema sócio-político-econômico.

A educação em Rondônia iniciou quando esta ainda fazia parte do Estado do Mato Grosso, assim como se pode ler em *Os gatos de uma instrução mal feita*¹⁴.

CAPÍTULO II

Em 1872, foi fundada a localidade de São Francisco, uma vila às margens do rio Preto, afluente do rio Machado, numa faixa de terras férteis, altas, abundantes de pesca, caça, tartarugas e excelente para a agricultura¹⁵.

A iniciativa da fundação dessa vila foi de dois franciscanos, Frei Jesualdo Macchietti e Frei Teodoro Maria Portogaro de Massafra. Nessa vila moravam quarenta e seis famílias de tribos nativas e línguas diferentes entre si, num total de 135 pessoas que haviam construído *... 55 boas casas, formando uma rua de 200 metros, além de outras casas construídas para formar outras ruas. Casa de cada família, onde se reuniam os jovens de 12 a 25 anos estudavam ler, escrever e fazer contas. Os livros de leitura, em português, eram ministrados de 4 a 5 horas de aula por dia*.

ITINERÁRIO DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA

Anos mais tarde, na primeira década deste século, o ensino na vila de Porto Velho, às margens do rio Madeira, o que viria a ser Capital do Território e, depois do Estado de Rondônia, não saía do âmbito familiar: para educar os filhos valia qualquer sacrifício e como não havia escolas, as aulas eram improvisadas em casa, porque sempre havia quem pagasse alguém que soubesse e pudesse transmitir algo mais.

Isso acontecia sobretudo entre os "barbadianos", ou seja, imigrantes vindos da Ilha de Barbados, nas Antilhas, os quais, por serem alfabetizados na sua grande maioria, sentiam a necessidade de ensinar as primeiras letras aos seus filhos, e os alfabetizavam em sua língua de origem, o inglês. Esse fato gerou problemas para a segunda geração de "barbadianos", já que, sendo alfabetizados em inglês, tinham

¹⁴ LIMA, Abner Machado de. *Ensino Profissional no Brasil, educação e trabalho*, II, *Atos para a história da educação no Estado de Rondônia*, p. 06.

¹⁵ PINTO, Afonso Mendes. *Apostamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*, p. 23.

¹⁶ FURTTER, Frei Francisco, OFM. *Misto Franciscano no Estado do Amazonas (1870 - 1907)*, II, *Revista São Francisco*, p. 06.

1 - ITINERÁRIO DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA

Conforme capítulo anterior, a história da ocupação do Território e a conformação demográfica de Rondônia são resultados de migrações contínuas, desde o início do século, o que caracteriza seu perfil. A dinâmica social e os movimentos das populações configuram-se aqui com peculiaridades próprias. Vinculadas a estas especificidades, a área educacional, porque uma das formas de expressão da prática social, fica submetida às formas históricas do sistema sócio-político-econômico.

A educação em Rondônia iniciou quando esta ainda fazia parte do Estado do Mato Grosso, acontecia de forma precária ...*"às gotas de uma instrução mal feita"*¹⁴

Em 1872, foi fundada a localidade de São Francisco, uma vila às margens do rio Preto, afluente do rio Machado, numa faixa de terras firmes, altas, abundantes de pesca, caça, tartarugas e excelente para a agricultura¹⁵

A iniciativa da fundação dessa vila foi de dois franciscanos, Frei Jesualdo Macchetti e Frei Teodoro Maria Portoraro de Massafra. Nessa vila moravam quarenta e seis famílias de tribos nativas e línguas diferentes entre si, num total de 135 pessoas que haviam construído ...*"55 boas casas, formando uma rua de 200 metros, além de outras casas pequenas, servindo para fornos e outros serviços. Casa de taipa, todas com janelas e portas e quase todas cobertas de telhas. Não faltava o 'edifício' onde funcionava a escola. / Os jovens de 8 a 25 anos sabiam ler, escrever e fazer contas e praticavam a Santa Religião, pois eram ministradas de 4 a 5 horas de aula por dia"*¹⁶

Anos mais tarde, na primeira década deste século, o ensino na vila de Porto Velho, às margens do rio Madeira, e que viria a ser Capital do Território e, depois do Estado de Rondônia, não saía do âmbito familiar: para educar os filhos valia qualquer sacrifício e como não havia escolas, as aulas eram improvisadas em casa, porque sempre havia quem pagasse alguém que soubesse e pudesse transmitir algo mais.

Isso acontecia sobretudo entre os "barbadianos", ou seja, imigrantes vindos da Ilha de Barbados, nas Antilhas, os quais, por serem alfabetizados na sua grande maioria, sentiam a necessidade de ensinar as primeiras letras aos seus filhos, e os alfabetizavam em sua língua de origem, o inglês. Esse fato gerou problemas para a segunda geração de "barbadianos", já que, sendo alfabetizados em inglês, tinham

¹⁴ LIMA, Abnael Machado de. Ensino Profissional no Brasil, educação e trabalho. In, *Achegas para a história da educação no Estado de Rondônia*. p. 06

¹⁵ PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*. p. 23

¹⁶ PUETTER, frei Pancrácio, OFM. Missão Franciscana no Estado do Amazonas (1870 - 1902). In, *Revista Sardo Antônio*, p. 06

dificuldades com a língua portuguesa: a diferença de línguas entre o que se falava nas ruas e o que falavam em casa e na qual foram alfabetizados, causou dificuldades de adaptação e deu origem ao apelido de "bodes" dado aos "barbadianos", conforme nos relata a professora Berenice Johnson, "barbadiana" e uma das primeiras professoras de Rondônia. Aurélia Benfield foi a primeira descendente de "barbadianos" habilitada a ensinar português.

Em março de 1913, a poucos quilômetros de Porto Velho, no município mato-grossense de Santo Antônio do Alto Madeira, foi instalada a primeira escola de primeiras letras, quando era Superintendente Municipal o médico baiano Dr. Joaquim Augusto Tanajura. A primeira professora, com uma classe de 67 alunos, foi Constanza Pestana Pires. Essa escola foi conquista realizada por Joaquim de Lima Avelino, vereador daquele município entre 1911 e 1914, período em que solicitou repetidas vezes a implantação de escolas públicas e particulares.

No ano seguinte, 1914, foi aberta uma escola em Abunã, onde acontecia o pernoite dos passageiros que transitavam por via férrea entre Guajará-Mirim e Porto Velho.

Em 10 de março de 1915, foi aberta a **Escola Pública Mista Municipal** na recém-criada Vila de Porto Velho: era de madeira, coberta de palha, como as outras construções urbanas. Instalada em 28 de julho daquele mesmo ano, com 40 alunos, a escola esteve sob a orientação de Tevelina Guapindaia, filha do primeiro Superintendente Municipal, Major Fernando Guapindaia de Souza Brejense, e se destinava às crianças pobres. Por falta de pessoal qualificado para o magistério, o Juiz de Direito da Comarca ajudava no possível, orientando e dando um pouco de informação àqueles que se dispunham ao ensino.

De 1920 em diante, foram incontáveis as entidades que abriram suas portas com fins educacionais, como a de Joaquim Antônio Cardoso, na "boca" do Igarapé dos Milagres, próximo de Porto Velho.

Em 19 de agosto de 1925, instalou-se o grupo escolar **Barão de Solimões**, em Porto Velho, com sede provisória no edifício de propriedade da Sociedade Beneficente Portuguesa (mais tarde Hospital São José e hoje Policlínica da PM/RO). Essa escola já funcionava precariamente desde 1923, tendo como professor o Sr. Protásio Independente Ribeiro da Silva. Com a inauguração oficial, Ambrosina Cantanhede passou a responder interinamente pela diretoria, de 13 de dezembro de 1925 até a chegada da Diretora oficialmente nomeada, que abriu os trabalhos em 20 de janeiro de 1926.

Conforme nos ensina Abnael Machado de Lima, na verdade o grupo escolar tomou o lugar da escola pública municipal criada em 1915, de forma que o grupo escolar **Barão de Solimões** parece ter sido inaugurado três vezes: 1915, 1923 e 1925. Mais tarde, em 1940, por ocasião da visita de Getúlio Vargas a Porto Velho, foi inaugurada nova sede do grupo escolar **Barão de Solimões**, que passou a

funcionar num prédio de dois pavimentos, onde hoje se encontra a Centrais Elétricas de Rondônia (CERON), conforme nos ensina Esron P. de Menezes.

Ao longo do rio Guaporé não existia educação escolarizada, porque o governo do Estado do Mato Grosso, de quem dependia aquele vale, não tinha interesse em direção ao norte e sim em direção ao sul. Por isso, somente em 1924, Guajará-Mirim teve sua primeira escola, destinada a adultos, denominada **Cesário Correia**. Escola particular, foi criada e mantida pelo Cel. Paulo Cordeiro da Cruz Saldanha.

Com o êxito da primeira escola de Guajará-Mirim, o mesmo Cel. Saldanha criou o **Instituto Paulo Saldanha**, também destinado a adultos e com um currículo mínimo de Português, Matemática e Geografia.

A seguir vieram as **Escolas Reunidas**, cujo primeiro professor foi o normalista Carlos Costa. Ex-aluno do **Colégio D. Bosco**, de Manaus, foi levado para Guajará-Mirim para aplicar o método pedagógico aprendido na escola dos Padres Salesianos.

No ano de 1928, o governo do Estado do Mato Grosso criou a primeira escola municipal de Guajará-Mirim destinada ao sexo feminino. Funcionava na praça Barão do Rio Branco e, no dia 31 de julho do mesmo ano foi criada a **Escola Noturna Dr. Tabajara**, para educação de adultos.

Em 1932, o Prelado de Guajará-Mirim, D. Francisco Xavier Rey, enfrentou o problema da falta de sistema escolar criando, em maio daquele ano, um colégio interno, o **Colégio Santa Terezinha**, em Guajará-Mirim. Para conseguir a primeira clientela, viajou de casa em casa, rio Guaporé acima e arrebanhou alunas devidamente autorizadas por seus pais. Essas alunas, 33 ao todo, conhecidas pelo nome de "teresianas" foram preparadas para serem professoras, de tal sorte que em 1937, as primeiras delas foram diplomadas e alocadas em 26 escolas ao longo do rio Guaporé.

Todas essas 26 escolas eram mantidas pelo Prelado com os míseros salários pagos pelo governo do Estado do Mato Grosso antes da criação do Território Federal do Guaporé (hoje Rondônia), salários que demoravam tanto a serem liberados que era necessária a intervenção de D. Rey e do Pe. Paulo para serem pagos.

Em 1935, D. Rey fundou em Guajará Mirim o **Instituto Nossa Senhora do Calvário**, dirigido pelas Irmãs Calvarianas, cujo o ensino era destinado ao sexo feminino. Ao longo de todo o período de sua atuação na Prelazia de Guajará-Mirim, D. Rey fundou 32 obras, localizadas ao longo do Rio Guaporé entre escolas e centros de formação. A partir de 1943, criado do Território Federal de Guaporé, foi mais fácil para D. Rey manter as escolas que continuou criando por sua iniciativa, já

que as providências do Governo nessa área eram bem inferiores às necessidades, restringindo-se à Capital do Território e à sede municipal de Guajará-Mirim.

Assim, se a instrução escolarizada, naqueles remotos rincões do rio Guaporé, obteve algum resultado, foi pela ação da Igreja, na pessoa do Prelado, D. Francisco Xavier Rey¹⁷.

No mesmo período, a Prelazia providenciou a abertura de escolas dos Padres Salesianos em Porto Velho. No município de Humaitá, no Estado do Amazonas, mas vizinho de Porto Velho, a Igreja adotou a mesma política educacional aplicada no Território de Guaporé.

Instituído o Território Federal de Guaporé, em 1943, a primeira escola criada pela nova forma administrativa foi a **Escola Getúlio Vargas**, em 1944, hoje uma escola de 1º e 2º graus. A essa, seguiram-se outras escolas, mesmo porque, em 1941 se formara a primeira turma do curso de professores do **Instituto Maria Auxiliadora** em Porto Velho¹⁸, aumentando, a partir de então o número daqueles que poderiam ser recrutados pelo incipiente sistema de ensino que se estava implantando.

No ano de 1947, o Território Federal de Guaporé contou com uma figura preponderante no incentivo ao magistério - Laudímia Trotta, esposa do Governador Frederico Trotta. Foi um curto período de importantes realizações no planejamento da Educação e da Saúde. A filha do casal, Ludma Trotta, médica, se dedicou à organização de um sistema de atendimento aos necessitados. Mas, foi sobretudo na área educacional que o Território Federal de Guaporé foi beneficiado pela ação de Laudímia Trotta.

Superintendente da Educação no Rio de Janeiro, pertencente aos quadros do Ministério de Educação e Cultura, Laudímia Trotta iniciou extra-oficialmente o Curso Normal Regional na escola **Carmela Dutra**.

No dia 20 de abril de 1947, o Decreto 078 aprovou o regimento daquela escola. De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal, a fim de suprir a falta de professores, aquela escola deveria formar, em caráter de emergência, profissionais do magistério para reger o ensino primário, dando-lhes um curso com duração de quatro anos, de nível equivalente ao atual curso de 5ª a 8ª série do 1º grau.

O Curso Normal Regional recebeu alunos e alunas de diversas partes do Território Federal de Guaporé, nos mesmos moldes adotados na década anterior por D. Francisco Xavier Rey. Eram quase todos professores leigos, de diversas vilas e

¹⁷ BADRA, Anely et all. História do Município de Guajará-Mirim. In, *Calendário Cultural de Guajará-Mirim*. p. 06

¹⁸ HUGO, Vítor. *Desbravadores*, p.121



idades do Território, que recebiam bolsas para freqüentar o Curso Normal.

Em 1950, as Irmãs Salesianas instalaram um curso de 2o grau, destinado à formação de professores. Também em Guajará-Mirim, no mesmo período, foi criado o **Grupo Escolar Simon Bolívar**.

No ano seguinte, em abril de 1951, pelo Decreto 189, o Curso Normal Regional foi transformado em **Escola Normal de Guaporé**, oferecendo curso de três anos de duração com nível de 2o grau. Em 1952, entretanto, voltou à denominação de **Escola Normal Carmela Dutra**. Nela o Governo do Território Federal de Guaporé criou o **Curso Pedagógico** para que os professores leigos cursassem as disciplinas pedagógicas. O mesmo começou a funcionar em 1954¹⁹.

Fica bastante evidente que, na região de Rondônia, desde os tempos em que pertencia ao Estado do Mato Grosso e parte ao Estado do Amazonas, a ação do Estado era bastante deficiente.

Por isso, em muitas ocasiões ...*"as comunidades se antecipam na ação governamental, instalam escolas em espaços físicos por eles construídos, sob a direção de docentes escolhidos entre seus membros. O governo não tem outra alternativa a não ser oficializar as escolas assim criadas, e contratar docentes nelas atuantes"* ²⁰

Foi exatamente esse o caso de Ji-Paraná, onde ...*"em uma barraca de palha, depois substituída por uma de madeira coberta de zinco, no período de 1952 a 1957, a senhora Gadelha, esposa do guarda-fios, lecionava para crianças do pequeno núcleo populacional. Em 1957, com a transferência de seu marido, a escola ficou sem professor, havendo espontaneamente ocupado o seu lugar o Oficial de Registro do Cartório de Paz. No ano seguinte, o Governo do Território nomeou uma moradora da localidade, Beatriz Ferreira da Silva para o cargo de professora e, em 1964, a escola foi instalada no Colégio D. Bosco, funcionando em uma construção de madeira, com quatro salas de aula, cedida por este à administração da vila."* ²¹

Até recentemente essa situação pode ser constatada, conforme o depoimento da Profa. Arminda Pereira:

¹⁹ LIMA, Abnael Machado de. *op. cit.* p. 08

²⁰ Idem Ibidem.

²¹ Idem p. 10, ss. Nessa época, havia na região de Ji-Paraná cerca de 4.000 pessoas em cidade escolar, das quais apenas 10% conseguiam chegar ao final do curso primário.

*"Iniciei meus serviços na Educação em 1o de março de 1975, com 95 alunos distribuídos pela manhã e tarde. As muitas dificuldades quase me levaram a desistir, mas foram passando os anos e as coisas melhoraram. No início, era muita chuva, lama, pobreza de parte da clientela: dificuldades nos caminhos de casa à escola. Quando vinha material, lá lá eu busca-lo com muito carinho, conduzia-o dentro de calças até à escola, trazia lápis, giz, material de limpeza - o mínimo possível - e a tão esperada e devorada merenda. Essa sim dava trabalho: preparava-a quase ao relento, apesar da escola ter sido construída em material de alvenaria, todo doado pelos pais. Meu falecido esposo muito contribuiu com a confecção de tijolos. Eu mesma consegui a madeira para colocar as telhas, assim como o cimento e a mão-de-obra. / A limpeza do terreno deu muito trabalho, pois não existiam máquinas de terraplanagem: com a ajuda de machado, serrote, foice, construímos uma ampla sala em 1975. Em 1976, construiu-se outra sala do mesmo tamanho da anterior, só que agora os alunos já eram 158. Atualmente, aquela escola tem 5 salas de aula com 589 alunos em 3 turnos. Tudo é mais fácil: a escola tem zelador, merendeira, vigia, secretária, etc."*²²

Em Vilhena, hoje município ao sul do Estado de Rondônia, quando em 1963, a população não ultrapassava 30 pessoas, Wilson Camargo lecionava a poucas crianças que lá residiam, e por reivindicação daquela comunidade, Noêmia Barros foi nomeada pelo Governo para o cargo de professora da escola. Em Espigão do Oeste, que então se chamava Itaporanga, foram os irmãos Melhorança que, em 1970, criaram e mantiveram a escola primária Sete de Setembro.

A precariedade da ação do Estado fez com que a educação escolarizada, em Rondônia, não se organizasse de forma sistematizada. O que aplica-se também ao ensino profissionalizante. As poucas escolas profissionalizantes não foram criadas segundo um projeto global, conforme uma política educacional do Estado, mas conforme os interesses e até segundo as crenças de grupos, sem consultar as reais necessidades da região.

No início dos anos de 1940, acentuou-se na região do Alto Madeira, a preocupação com o ensino profissionalizante, havendo já algumas tentativas nessa direção. Coube à Igreja Católica a realização de parte dessa tarefa - no final da década

²² *O Estadão do Norte*. 26/07/1994.

de 1940, os Padres Salesianos mantinham a escola **Darcy Vargas** para o ensino de técnicas agrícolas, situada à margem esquerda do rio Madeira.²³

Outros também atuaram na área do ensino profissionalizante, como Percival Davis, que criou uma escola de datilografia em Porto Velho.

Em 1954, Osvaldo de Souza, maçom de grau 18, sugeriu à Loja Maçônica **União e Perseverança**, a criação de uma escola técnica. A proposta foi inicialmente rejeitada por se julgar que não haveria solicitação do mercado. O seu idealizador, no entanto, não desistiu até que, em 1958, conseguiu realizar o seu projeto. A **Escola Técnica de Comércio "Estudo e Trabalho"**, por ele fundada, começou a funcionar na **Escola Barão de Solimões**, onde posteriormente funcionaria, no centro de Porto Velho, o posto comercial da Teleron S/A.

Na década de 1960, instalou-se o SENAI (Serviço Nacional da Indústria) em Porto Velho, por iniciativa de Cláudio de Moura Castro, que em sua inauguração declarou:

*"O SENAI torna o Brasil um exemplo permanente, repetitivo, até monótono, de um país em desenvolvimento que conseguiu ter um bom sistema de formação profissional. Ninguém diz a mesma coisa de outros aspectos da educação no Brasil. O SENAI é uma coincidência feliz de vários fatores que levaram à construção lenta e muito sólida de um excelente sistema de formação profissional, que se diferencia dos outros em sentidos muito claros e precisos. Quem acha que está pagando a conta do SENAI, que são as indústrias, é quem consome o produto. No caso do SENAI, as empresas controlam a qualidade de formação dos operários, que elas mesmo controlam. Quem paga a conta tem cacife para cobrar resultado."*²⁴

É do mesmo período a iniciativa do **Ginásio Brasil**, de propriedade do Sr. Irassú Rodrigues, que o manteve até sua morte²⁵. A ele se seguiu o **Centro Cultural João XXIII**, também de iniciativa particular, com a aprovação do Ministério da Educação. Em 1962, a **Escola Normal Carmela Dutra** passou a

²³ CANTANHEDE, Antônio. *Achegas para a história de Porto Velho*. p. 229

²⁴ MOURA CASTRO, Cláudio de. Discurso na inauguração do SENAI de Porto Velho. In. *Veja*, 05/1993. p. 14

²⁵ O *Ginásio Brasil* teve de mudar de nome para *Garrastazu Médici*. A mudança foi necessária porque somente assim se amainariam as iras da Diretoria da Divisão de Educação do território Federal de Rondônia, que não via com bons olhos um ginásio particular com características tão independentes...

denominar-se **Colégio Normal Carmela Dutra** com curso ginásial normal (1o ciclo) e cursos colegial e normal colegial (2o ciclo).

Na década de 1970 foram instalados o SESC e o SENAC.

A iniciativa dessas instalações em Porto Velho se deve ao comerciante Moisés Paulo Mourão, presidente da Associação Comercial do Guaporé ²⁶.

No início do ano de 1977, instalava-se também em Porto Velho um Núcleo Regional do Sesi. Foi instalado inicialmente em uma casa alugada à Av. Percival Farquhar, e sua primeira administradora foi Eneida Thomé de Souza²⁷. O Sesi iniciou suas atividades através do setor de educação com 280 alunos de 1a à 4a séries do Ensino Supletivo (MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização), através de convênio com o **Colégio Dom João Batista Costa** ²⁸.

Na mesma época foi criada a **Sociedade Filantrópica Pestalozzi**, destinada à crianças excepcionais, com o **Centro de Ensino Especial Prof. Abnael Machado de Lima**, estruturado posteriormente pela Secretaria de Estado da Educação pelo Decreto 11, de 31 de dezembro de 1981. Esse Centro, entretanto, foi oficializado somente pelo Decreto 4440, de 1990²⁹.

Em Rolim de Moura, região de ocupação recente, em agosto de 1975 entrava em funcionamento a escola de 1o grau **Vital Brasil**.

É bastante proveitoso verificar um dado histórico - desde os primórdios de sua implantação, o sistema educacional de Rondônia não contou com o trabalho de pessoal formadas em nível superior. Toda a descrição feita até agora aponta que o trabalho educacional foi realizado por pessoas leigas, ou que freqüentaram apenas níveis primários e secundários de escolarização. É evidente que, por mais dedicadas e abnegadas que fossem, encontrariam sempre um limite no que tange à formação profissional.

Somente no início da década de 1970 é que chegaram a Rondônia alguns professores formados por faculdades. Em 1974, por exemplo, chegou o casal

²⁶ Em 05 de janeiro de 1993, com a posse do primeiro presidente da recém-criada Federação do Comércio de Rondônia, Dr. Luiz Malheiros Tourinho, foram regionalizados o SESC e o SENAC.

²⁷ No dia 28 de fevereiro de 1979, o Núcleo foi elevado à categoria de Delegacia Regional do DR/AM. Foi seu primeiro Delegado, Floriano Rodrigues Riva e passou a contar com prédio própria, de madeira, à rua Alexandre Guimarães, 935 (bairro do Areal), onde foi construído o prédio da escola. Em 1985, na gestão da Delegada Adélia Lobato Rodrigues, foi doado, pela Prefeitura Municipal, o terreno para a construção da atual e definitiva sede, à rua Rio de Janeiro. A obra foi concluída na administração de João Mendonça Furtado. Em 1º de janeiro de 1987, pelo *Ato ad-Referendum* 01/87, do Presidente do Conselho Nacional do Sesi, Ministro Fenor Cumplido Jr., o Sesi/RO foi elevado a Departamento Regional.

²⁸ Atualmente o Sesi/RO atua na área da educação com o ensino pré-escolar (Maternal, Jardim da Infância e alfabetização) em período parcial e integral, no ensino regular de 1ª a 7ª séries do 1º Grau e com o ensino fundamental de adultos, através do Programa Nacional da Educação para Adultos.

²⁹ CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA. *PROCESSO 186/CEE/RO*.

Alejandro Yague Mayor e Maria Leopoldina Yague Mayor, portadores de diploma de curso superior e que foram residir e trabalhar em Ji-Paraná.

O depoimento desses dois professores é muito importante porque esclarece e confirma muito daquilo que foi discutido nas páginas anteriores:

"Quando chegamos a Rondônia em 74, havia, por parte dos órgãos públicos um permanente estímulo à educação. / A SEDUC (Secretaria da Educação e Cultura do Estado), porém, detinha total e absoluto controle de tudo o que dizia respeito à educação. / As provas, por exemplo, vinham em malas de Porto Velho, trazidas por alguém, já elaboradas, e assim que os alunos as faziam, retornavam nas mesmas malas para serem corrigidas. / Os salários eram baixos. Quando saímos de São Paulo, no início de 74, o professor ganhava Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e aqui passamos a receber Cr\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco cruzeiros). Em 75 passou para Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros). Mas, em 76, quem tinha nível superior, assinou contrato de técnico em educação e passou a receber Cr\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos cruzeiros). / Um indicado pela SEDUC ia a Porto Velho e trazia o salário de todos do interior. / Formaram três delegacias nas vilas maiores (pois nenhum era município ainda), Porto Velho, Guajará-Mirim e Vila de Rondônia (hoje Ji-Paraná). Começou, com isso, certa descentralização do ensino. As delegacias tinham bastante autonomia. / O que provocou esta mudança foi o grande número de migrantes que iam chegando no Estado e a SEDUC não dava mais conta de administrar sozinha. / Junto com os migrantes vinham os professores. / Aí, passou-se a fazer reuniões mensais com os professores. Estas constavam de uma avaliação do mês : se tinham ministrado todo o conteúdo, verificava-se notas dos alunos, presença, alguma dificuldade, preparava-se o mês seguinte. / Os professores da área rural faziam até 70 Km a pé ou a cavalo. Levavam 2 a 3 dias para chegar. Alguém da comunidade acompanhava a cavalo até o rio

onde, no tempo das chuvas, o professor passava a nado. À beira da estrada tinha alguns botequins que serviam de "ponto de apoio" para o pernoite. / Da reunião levava o conteúdo do mês, material de escrituração, cadernos, lápis para os alunos e a merenda. / O professor era o líder, o conselheiro, o médico, o tudo na comunidade. / Com o grande fluxo de migrantes e o Estado sem estrutura para atender, cada comunidade construa sua escola com lascas de madeira, coberta de palha. Os bancos e as mesas eram cravados no chão. / Ai vinham alguns pais até a delegacia e diziam: "está pronta a escola. " Geralmente traziam a pessoa indicada para ser o professor. / O delegado comprovava se o candidato sabia ler e escrever e imediatamente contratava. A maioria tinha a 3ª série do primário. Quem tivesse a 4ª série, era qualificadíssimo. / Em 1977 e 78, já tinha-se suprido a falta de professores. Nesta época quem fazia alguma visita às escolas, oferecia a alimentação nos dias de reunião era o INCRA, por ser o único órgão que tinha alguma estrutura para tal. / Às vésperas da década de 80, começou a aparecer a idéia de transformar o Território em Estado. Já haviam muitos professores com nível superior. / Foram aceleradas construções de escolas, prédios para o funcionamento dos órgãos públicos. Fez-se o aeroporto e a rodoviária (em Ji-Paraná). / Em meio a esta movimentação, as pessoas que estavam na educação demonstravam comprometimento e seriedade. / Os governadores eram todos militares nomeados pelo Ministério do Interior. / Já no advento do Estado, o Cel. Guedes contratou uma empresa do Rio Grande do Sul - PROJEDE - que daria novo direcionamento à educação e faria a estruturação das secretarias que estavam por vir. Financiado pelo Banco Mundial, o PROJEDE instalou-se no centro do Território, na cidade de Ji-Paraná (hoje escola agrotécnica), de onde em forma de plano piloto estender-se-ia a toda Rondônia. / Com equipamentos de 1ª linha, caminhões com unidades móveis, equipe altamente qualificada (doutores, mestres, técnicos) o programa começou a funcionar, dentro de algumas linhas de ação: - qualificação de recursos humanos; - interiorização da educação, "Centro Rural de Ensino" (para capacitação dos agricultores para

elaborarem projetos de financiamentos agrícola); - estruturação das secretarias nos moldes do Estado; - desenvolvimento do esporte (criaram os JOER - Jogos Esportivos de Rondônia)./Quando a coisa estava deslanchando, muitos líderes fazendo cursos, alunos da cidade e roça preparando-se profissionalmente (eletricidade, encanamento, cabeleleiro, preparação de solo, culturas, etc), em Brasília assumiu novo Ministro do Interior: Mário Andreazza./Por incrível coincidência, o Cel. Guedes (então Governador do Território), havia participado do caso "Ponte Rio - Niterói" e feito, na época, a prisão de Mário Andreazza./Assim que o Ministro tomou posse, em Rondônia tudo mudou. Do dia para a noite foi nomeado o Cel. Jorge Teixeira para Governador do Território. Imediatamente a equipe PROJEDE foi embora, os equipamentos foram levados para Porto Velho de onde "desapareceram"./Não fora isso, na nossa opinião, a educação e toda a Rondônia teria tomado dimensões qualitativas inigualáveis/Daí para frente tudo mudou. Os que ocupavam cargos, foram substituídos por pessoas que, de educação, nada conheciam, Quelmaram material de escrituração, diários de classe, atas. Até hoje tem muita gente que não conseguiu seu histórico escolar./Em meio a esta confusão, criou-se o Estado. Aí começaram as gratificações, as diárias e, conseqüentemente, as brigas pelos cargos: toda hora chegavam bilhetes de Porto Velho mandando tirar "aquele" e colocar "este"./O mais incrível foi a Municipalização do Ensino. O Governador Jorge Teixeira estava indo a Vilhena. Parou em Pimenta Bueno e, no seu discurso declarou: "Está municipalizado o ensino. "Ninguém sabia o que era isso. Mas, aos poucos criou-se nos municípios o SEMEC, e cada qual a seu modo, foi estruturando o ensino nesta modalidade. E, aqui estamos batalhando na educação. Após uma década de Estado, as mudanças foram poucas. O ensino continua defasado em todos os níveis e nós, na medida do possível, damos a nossa contribuição. Temos compromisso com a educação e vamos batalhando."30

³⁰ DEPOIMENTO DOS PROFESSORES ALEJANDRO YAGUE MAYOR E MARIA LEOPOLDINA YAGUE MAYOR, RESIDENTES EM JI-PARANÁ, RO.

No âmbito educacional de quase todo o país, nos últimos anos, muito vem-se discutindo sobre a municipalização do Ensino.

Nascidos de diferentes estados, os projetos de municipalização, em lugar de apresentarem uma nova postura diante das responsabilidades e competências na democratização do Ensino Fundamental, trazem características homogêneas da velha política educacional.

São geralmente de iniciativa do Executivo Estadual, e pretendem passar aos municípios a administração das escolas, os serviços de apoio ao ensino, a construção e manutenção dos prédios escolares. Assentam-se no conceito de descentralização e materializam-se em acordos com os municípios, concordam com tais encargos sob acordos dependentes de repasses financeiros assistemáticos e sem critérios solidamente definidos.

CAPÍTULO III

Os resultados da gestão estadual e municipal destes projetos não sustentam formas eficazes de atendimento às demandas educacionais.

Porém, se voltarmos nossa atenção para a ideia original da municipalização, gestada já há algumas décadas, vemos que seria algo bem diferente da sua política nos dias atuais.

A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Sua proposta perpassa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, e consolidou-se em parte na Lei 3692/71 que reformou a estrutura e o funcionamento do ensino de 1º e 2º graus no país.

Para além da legislação, é mister reconhecer que em vários momentos tem o Ministério da Educação insistido em destacar aos Municípios uma parcela significativa da responsabilidade de manutenção do ensino fundamental e da educação pré-escolar. Atua, porém, sempre como instância meramente financiadora ou promotora de alguns programas e projetos e sempre mantendo centralizado o processo decisório sobre o que, quanto e para quem são destinados os recursos orçamentários. Neste quadro, não é particular a avaliação de que este tem sido um exercício predominantemente da política clientelista, fisiológica e paternalista e, portanto, jamais o promotor da aludida descentralização e da função de cooperação técnica e financeira reservada ao MEC nas normas constitucionais e legais.

Como propugnar uma Municipalização do Ensino quando os Municípios não dispõem de recursos financeiros próprios suficientes e quando tudo mais se pauta por um modelo centralizado do poder, dos recursos e dos bens sociais?

No âmbito educacional de quase todo o país, nos últimos anos, muito vem-se discutindo sobre a municipalização do Ensino.

Nascidos de diferentes estados, os projetos de municipalização, em lugar de apresentarem uma nova postura diante das responsabilidades e competências na democratização do Ensino Fundamental, trazem características homogêneas da velha política educacional.

São geralmente de iniciativa do Executivo Estadual, e, pretendem passar aos municípios a administração das escolas, os serviços de apoio ao ensino, a construção e manutenção dos prédios escolares. Assentam-se no conceito de descentralização e materializam-se, mantendo as prefeituras que concordam com tais encargos, sob acordos dependentes de repasses financeiros assistemáticos e sem critérios solidamente definidos.

Os resultados da gestão estadual e municipal destes projetos não sustentam formas efetivas de atendimento às demandas educacionais.

Porém, se voltarmos nossa atenção para a idéia original da municipalização, gestada já há algumas décadas, vemos que seria algo bem diferenciado da sua prática nos dias atuais.

Atribui-se a Anísio Teixeira, pesquisador e defensor da educação pública, a responsabilidade pela inserção da idéia de municipalização da educação no cenário político brasileiro, ainda em 1957.

Sua proposta perpassa a lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, e consolida-se em parte na Lei 5692/71 que reformou a estrutura e o funcionamento do ensino de 1º e 2º graus no país.

Para além da legislação, é mister reconhecer que em vários momentos tem o Ministério da Educação insistido em destacar aos Municípios uma parcela significativa da responsabilidade de manutenção do ensino fundamental e da educação pré-escolar. Atua, porém, sempre como instância meramente financiadora ou promotora de alguns programas e projetos e sempre mantendo centralizado o processo decisório sobre o que, quanto e para quem são destinados os recursos orçamentários. Neste quadro, não é particular a avaliação de que este tem sido um exercício predominantemente da política clientelista, fisiológica e paternalista e, portanto, jamais o promotor da aludida descentralização e da função de cooperação técnica e financeira reservada ao MEC nas normas constitucionais e legais.

Como propugnar uma Municipalização do Ensino quando os Municípios não dispõem de recursos financeiros próprios suficientes e quando tudo mais se pauta por um modelo centralizados do poder, dos recursos e dos bens sociais?

Em novembro de 1991, a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), manifestou-se ao Ministério da Educação com entusiasmo por mais uma perspectiva de viabilização da proposta de parceria entre a União, os Estados e os Municípios para o planejamento de medidas e estratégias de ação para a Educação Básica. Salientando os significativos níveis de consenso obtidos por ocasião das discussões sobre o Plano Nacional de Educação e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, reiterou que é em comissão representativa dos segmentos e sistemas de ensino que se devem construir as propostas para a Educação Básica. Registrou também que

“as potencialidades de uma aliança entre os diversos níveis de governo e destes com as organizações não governamentais exigem uma análise cuidadosa da conjuntura atual, para que sejam explicitadas as intenções, possibilidades e limites dos parceiros, clareza na definição dos diversos papéis e responsabilidades específicas, objetividade na elaboração do elenco de prioridades e construção imediata de mecanismos e instrumentos que possibilitem a rápida concretização das intenções e acordos eventualmente firmados”. (PLANO DE EMERGÊNCIA - EDUCAÇÃO BÁSICA)

Como que alheia a todas estas proposições, a municipalização do ensino em Rondônia ocorre no momento político em que esta Unidade passa de Território para Estado. Assim, em meio a um desencadear de mudanças sócio-políticas-administrativas temos o Estado e, nele o Ensino.

2 - O ENSINO

1 - O ESTADO

Criado pela Lei Complementar 41, de 22 de dezembro de 1981, o Estado de Rondônia era então composto por 15 (quinze) municípios ocupando uma superfície de 243.044 Km².

A população de Rondônia, conforme o Censo de 1980, era da ordem de 492.810 habitantes, distribuída de maneira bastante equitativa entre cidade e campo: 47,3% habitavam as áreas urbanas e 52,7% habitavam a zona rural.

No **Quadro 01** (em anexo), pode-se observar o ritmo de crescimento demográfico nas décadas de 1950 a 1980.

Com esse quadro populacional, Rondônia encontrava-se no impasse de definir uma política competente de desenvolvimento. Para o recém-criado Estado, estar em formação significava:

a) Abertura da fronteira agrícola através de um processo migratório intra e inter-estadual intensivo.

b) O surgimento de novos municípios que modificaria o perfil sócio-econômico das regiões urbanas e rurais.

c) Existência de elites políticas e sociais não consolidadas, cujas bases estarão sempre à mercê dos fluxos migratórios.

d) Uma política de desenvolvimento que se centraliza em torno da BR 364, faltando-lhe definições mais gerais.

e) Carência de quadros técnicos, dificultando a instalação da burocracia e da máquina administrativa, tanto no interior quanto na capital.

f) Centralização do poder político em pessoas com total desconhecimento da máquina pública e manifestando certa inadaptação ao regime democrático.

2 - O ENSINO

A estruturação do Estado de Rondônia, a consolidação político-institucional, nas condições em que foram realizadas, não deixou muito espaço para definição do sistema educacional. Este, que já vinha desenvolvendo-se sem muito planejamento, em meio às velhas bases já existentes do Território o Executivo Estadual, improvisadamente, decretou a Municipalização do Ensino. Por algum tempo este assunto foi silenciado por falta de conhecimento. Aos poucos foram sendo tomadas medidas de cunho meramente administrativo.

A rede escolar passaria a ser subordinada a duas secretarias distintas, a SEDUC (Secretaria de Educação e Cultura), Estadual, e a SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura). À primeira estaria reservada uma função normativa, de definição de políticas educacionais, e à segunda estaria reservada a função executiva e de administração de todas as escolas públicas do Estado, exceto a Escola Carmela Dutra, de Porto Velho.

A proposta da municipalização seria interiorizar a ação do Estado através da descentralização administrativa e da conjugação dos trabalhos do Governo estadual com as administrações municipais.

Outra justificativa para a municipalização era o próprio crescimento populacional advindo da intensa corrida migratória para todos os municípios do Estado de Rondônia. Os municípios, por estarem sofrendo diretamente os efeitos do aumento populacional, hipoteticamente teriam mais condições de identificar e propor soluções aos problemas relativos ao atendimento escolar.

Aos poucos a SEDUC foi baixando normas e determinações no sentido de dar algum contorno e organicidade ao projeto, tais como:

a) Os imóveis do Estado não seriam repassados às prefeituras.

b) O quadro de pessoal incluindo os professores passariam ao encargo das prefeituras, com ônus para o Governo do Estado; isto é, continuariam como funcionários do Estado porém cedidos para as prefeituras;

c) As competências técnico-pedagógicas serão repassadas gradativamente aos municípios;

d) Do ponto de vista financeiro, definiu-se que o repasse seria realizado através de planos apresentados pelas Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação e Cultura. Eles serão aprovados pelo Conselho de Educação de Rondônia, originando convênios cuja elaboração ficaria a cargo da Procuradoria Geral do Governo;

e) Quanto à merenda escolar, ficou definido que a aquisição, armazenamento e distribuição ficaria a cargo das respectivas prefeituras. "31

Essas orientações faziam parte da tentativa de dar um gerenciamento mínimo à conturbada municipalização, que gradativamente ficou assim estabelecida: as escolas rurais, a cargo das prefeituras, enquanto que as urbanas retornaram à administração estadual.

³¹ SEDUC-RO. *Municipalização do Ensino*. Porto Velho, 1983.



No que diz respeito aos dados quantitativos de acesso à escola, os Quadros 02, 03 e 04 (em anexos) demonstram a realidade numérica da Educação Básica no início do processo de implantação do novo sistema.

2.1. Pré-Escolar

Em Rondônia, conforme indica o Quadro 02 (em anexo), registra-se, em 1983, um total de 124 unidades escolares que ofereciam o pré-escolar, das quais apenas 32 pertenciam à rede particular. Estas unidades atendiam um total de 13.146 alunos, dos quais 50% em Porto Velho. A totalidade dos municípios do Estado era coberta por este nível de ensino, destacando-se, contudo, pelo volume de matrícula e o número de unidades escolares, além de Porto Velho, os municípios de Cacoal e Guajará-Mirim.

O município de Costa Marques registrava um total de 235 alunos pré-escolares, dos quais 210 estavam ligados à rede particular. Este município fugia do padrão de comportamento da oferta registrado no Estado, uma vez que nele predominava o atendimento pelas escolas particulares.

A oferta escolar no Estado revelava um índice de cobertura da população da ordem de 18,82%, dos quais 3,37% eram absorvidos pela rede particular (Quadro 03, em anexo). Se por um lado a oferta pré-escolar era basicamente pública, o que significa que as chances de ingresso se abriam também àqueles desprovidos de meios para arcarem com o custo da educação particular, de outro lado as oportunidades oferecidas pelo Estado eram bastante acanhadas, uma vez que não atingiam sequer 1/4 da demanda potencial.

Nesse contexto destacava-se o município de Guajará-Mirim, com um índice de atendimento da faixa etária corresponde ao pré-escolar da ordem de 44,77%.

Seguia-se Porto Velho, com um índice de 37,03% e Vilhena, com 21,67%. Considerando-se que Vilhena é um município de criação recente, em contraposição aos outros dois, conclui-se que seu sistema escolar registrava já um relativo dinamismo.

Observa-se ainda (Quadro 04, em anexo), que a presença da rede particular era mais acentuada nos municípios cujos índices de atendimento eram maiores. O inverso também é verdadeiro. Os municípios de Jarú e Ouro Preto do Oeste, que registravam o menor índice de atendimento, não registravam a presença da escola particular.

Verificar-se pelo Quadro 04 (em anexo) que no Estado as escolas pré-escolares não trabalham com capacidade ociosa, mas justamente ao contrário. A

relação média de aluno-turma é de 32 em Rondônia, sendo a mais elevada no município de Ji-Paraná, cuja relação é de 45, e a menor relação está em Guajará-Mirim, cuja relação média é de 22. Cabe ressaltar que Guajará-Mirim é de criação mais antiga e não registra os índices explosivos de crescimento demográfico como nos demais municípios criados ao longo do eixo da BR-364.

2.2. Primeiro Grau

Em 1983, a escola oficial de primeiro grau de Rondônia registrava um total de 130.595 alunos, dos quais 59,8% situados na zona urbana, destacando-se os municípios de Porto Velho, Vilhena, Guajará-Mirim e Ji-Paraná com o maior percentual de matrículas na zona urbana. Quanto à matrícula na zona rural, ela é mais expressiva nos municípios de Jarú e Ouro Preto do Oeste (Quadro 05, em anexo)

No que diz respeito ao volume total de matrículas, destacamos os seguintes municípios:

a) Porto Velho.....32.389 matrículas

b) Cacoal.....19.655 matrículas

c) Ji-Paraná.....14.583 matrículas

d) Colorado D'Oeste.....11.081 matrículas

Convém observar que o total de matrículas desses municípios perfazia 59,5% da matrícula oficial do ensino de primeiro grau no Estado de Rondônia, sendo que o município de Porto Velho detinha 24,8% desse total.

A análise do Quadro 06 (em anexo), em anexo, permite verificar que no ensino em Rondônia: a matrícula de primeiro grau, no que se refere à relação entre a primeira etapa (1ª a 4ª séries) e segunda etapa (5ª a 8ª séries) há predominância da matrícula de 1ª a 4ª séries em detrimento das matrículas de 5ª a 8ª séries.

No conjunto das matrículas na rede pública de ensino de Rondônia na zona urbana, 66,4% se constituem de matrículas de 1ª a 4ª séries. Registram o maior percentual de matrícula de 5ª a 8ª séries os seguintes municípios: Guajará-Mirim, Porto Velho, Espigão D'Oeste, Cacoal e Ji-Paraná. Esses municípios apresentam um atendimento mais homogêneo na primeira e na segunda etapa do primeiro grau.

Porto Velho totaliza 39% da matrícula de 5ª a 8ª séries, enquanto Ji-Paraná, Cacoal e Guajará-Mirim reúnem 32,5% do total.

A julgar pelos resultados apresentados nos Quadros 07 e 08 (em anexo), a matrícula no ensino de primeiro grau em Rondônia tem registrado um considerável ritmo de crescimento. A população estudantil de 1ª a 4ª séries dobrou no período de 1974 a 1979, indo de 26.292 alunos, para 65.669 alunos, tendência que se manteve entre 1979 e 1983, registrando-se nesse último ano uma matrícula de 104.259 alunos.

Examinando-se o fenômeno de crescimento segundo a distribuição urbana/rural (Quadro 07, em anexo), observa-se que a maior taxa de crescimento anual verificada para a zona urbana foi em 1979, com 50,7%, ao mesmo tempo em que a zona rural registrava um "crescimento negativo" de -1,2%. Tal comportamento, aliás, aparece como uma constante em todos os anos analisados - índices mais elevados de crescimento urbano e menos elevados na zona rural.

Uma exceção a essa tendência é encontrada no ano de 1977, quando tanto a zona rural (32,7%), quanto a zona urbana (22,8%) apresentaram índices de crescimento elevados, embora os da primeira sejam maiores do que os da segunda.

Os dados apresentados sugerem que o sistema escolar oficial parece não ser dinâmico o suficiente para se expandir concomitante em direção às zonas urbana e rural, apesar de registrar taxas anuais significativas de crescimento.

A matrícula urbana no ensino de 5ª a 8ª séries também cresceu significativamente no período analisado. Em 1974, o número de alunos matriculados era de 4.576, passando para 16.537 alunos em 1979 e 26.332 em 1983. Isso significa que o número de alunos quintuplicou no período, enquanto que os alunos de 1 a 4 séries apenas quadruplicou (Quadro 08, em anexo).

É fato que o sistema de ensino de primeiro grau em Rondônia tem-se expandido em um ritmo considerável. Essa expansão, todavia, teria sido suficiente? Se considerarmos os dados constantes do Quadro 09 (em anexo), que tratam das taxas de atendimento no período de 1980-1983, tudo nos levará a crer que não.

Em 1980, a taxa de cobertura à população na faixa etária de escolarização compulsória era de 69,3%. Em 1981, o índice cresce para 72,31%, no entanto, decrescendo para 65,05% em 1983.

Fica evidente, pelos dados acima comentados, que o sistema de ensino de primeiro grau em Rondônia, apesar de ter registrado um índice anual considerável de crescimento de matrícula no período de 1974 -1983, não foi capaz de responder com dinamismo e/ou urgência necessários para alterar significativamente o seu índice de atendimento.

Em se tratando de uma área que vem recebendo um fluxo migratório contínuo e expressivo, não obstante a evasão já comentada no capítulo I, poder-se-á prever para breve um possível estrangulamento.

Na verdade já se pode observar um estrangulamento do sistema. Mesmo aqueles municípios que oferecem um bom atendimento às faixas etárias escolarizáveis, não conseguem fazê-lo em 100%. Analisando-se o **Quadro 10** (em anexo), podemos constatar que os municípios que melhor atendem à faixa etária de 7 a 14 anos são os seguintes:

a) Porto Velho73,97%

b) Guajará-Mirim71,63%

c) Vilhena71,49%

d) Ji-Paraná71,38%

e) Costa Marques71,13%

Há um dado que merece ser melhor analisado. O município de Porto Velho é o que oferece maior atendimento à crianças de 7 a 14 anos, sendo também o que registra maior volume da demanda potencial do Estado, com 22,2% da demanda total. Sendo assim, tudo indica que o seu sistema escolar apresenta um considerável dinamismo.

Já no extremo oposto, o município de Costa Marques, apesar de registrar um alto índice de atendimento à faixa de escolarização obrigatória, registra o menor índice de demanda potencial do Estado - 1.136 alunos (**Quadro 10**, em anexo), o que pode indicar um ritmo pouco dinâmico de seu sistema escolar.

O atendimento ao ensino de primeiro grau é de responsabilidade quase exclusiva da rede oficial de ensino. O ensino particular, também existente no Estado, tem sua maior presença registrada em Porto Velho, que reúne 60% de toda a matrícula efetuada no sistema particular, seguido de Guajará-Mirim, Cacoal, Vilhena e Ji-Paraná.

Trata-se de um sistema de ensino que cresceu de forma significativa no período de 1974 a 1983, insuficiente, contudo, para alterar consideravelmente o índice de atendimento à população na faixa de escolarização obrigatória. O sistema acaba por responder aos déficits anteriormente acumulados, bem como atender a novas demandas reprimidas provocadas pelo alto índice de migração registrados.



Caso se pretenda atingir a equalização das oportunidades de acesso ao ensino de primeiro grau em Rondônia, é necessário que seu sistema de ensino se mantenha em crescente ativação, intensificando as atividades de construção de escolas, preparação de pessoal e apoio aos estudantes.

Portanto, a equalização das oportunidades educacionais não pressupõe apenas a ampliação de vagas no sistema, mas também a garantia de que o aluno, um vez ingresso no sistema, seja capaz de nele permanecer e galgar níveis mais elevados de escolaridade.

2.3. Segundo Grau

O ensino de segundo grau oficial em Rondônia registrava, em 1983, um total de 9.354 alunos, dos quais 50,90% correspondiam à matrícula do município de Porto Velho. Seguem-se a este, no que diz respeito ao volume total de matrículas, os municípios de :

- a) Ji-Paraná13,00%
- b) Cacoal 8,10%
- c) Guajará-Mirim 7,30%
- d) Vilhena 5,60%

Para 1984, segundo as estimativas da SEDUC, previa-se um índice mais elevado, quando as matrículas no segundo grau chegaram a 11.341 alunos, perfazendo um total de crescimento anual de 21,24% (Quadro 11, em anexo).

Não há dados disponíveis referentes à distribuição da matrícula de segundo grau em uma série histórica, o que impossibilita a análise do ritmo real de expansão do sistema. Considerando-se, contudo, os índices de crescimento da matrícula de primeiro grau, pode-se supor que esse contingente pressiona pela ampliação de vagas no ensino de segundo grau.

O atendimento do sistema de ensino de segundo grau, em relação ao grupo etário a ele correspondente, de 15 a 19 anos, era bastante reduzido, atingindo apenas 5,86% da população. Esta cobertura era basicamente feita pela rede pública, sendo que a rede particular abrangia 0,26% do total. Até o ano de 1983, a escola privada estava presente (no que diz respeito à população de 15 a 19 anos) em apenas

dois municípios do Estado: Porto Velho e Cacoal, mesmo assim sendo pouco representativa (**Quadro 12**, em anexo).

É de se notar que os municípios de Porto Velho, Vilhena, Guajará-Mirim e Ji-Paraná apresentam uma taxa de atendimento pelas escolas particulares maior do que a do restante do Estado, sendo que Porto Velho apresenta uma taxa três vezes maior e Vilhena uma taxa duas vezes maior.

O **Quadro 13** (em anexo) , que trata da distribuição de matrículas no segundo grau, por séries, indica que os índices de participação dos alunos vão se reduzindo à medida em que se eleva o nível da série escolar, sugerindo níveis significativos de evasão ao longo do curso. Um exemplo: a matrícula na 1 série do segundo grau, em 1983, foi de 4.652 alunos, decaindo para 1.803 alunos matriculados na 3 série do segundo grau, representando uma evasão de 2.849 alunos, numa taxa de evasão de 61,25%.

A análise dos dados constantes dos quadros indica que a função social esperada da escola é muito pouco desempenhada pelo sistema escolar de Rondônia. Valores básicos, conhecimentos específicos e até mesmo noções de higiene e cidadania, que podem muito bem ser tarefa da escola, em Rondônia ficam prejudicados tanto em função do precário e mal gerenciado sistema escolar, como também pelas condições reais de existência da população daquele Estado, condições que se manifestam exatamente na alta taxa de evasão verificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 - MIGRAÇÃO, UM ATO POLÍTICO

Existem, entre outros, basicamente três maneiras de se ocupar uma fronteira agrícola.

1.1. Implantar Grandes Fazendas em Piena Selva

Nesta forma, dada a existência de áreas desocupadas nas imediações, a mão-de-obra trazida poderá abandonar a fazenda e ocupar as terras vizinhas, a fim de trabalhar para si.

CAPÍTULO IV

1.2. Escravidão

Nesta modalidade, compram-se os trabalhadores para submetê-los ao regime de servidão. Esta é ilegal e onerosa (embora exista em Rondônia, não é o caso de descrevê-la neste trabalho).

1.3. Colonização

Ocupar uma área para dela usufruir o máximo de proveito. Não em favor do proprietário, mas em benefício da sociedade. Os benefícios, programadamente, são para o país e para o povo. É o que se fez com o Brasil-Colônia. É o que o governo brasileiro fez e está fazendo com a Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso específico de Rondônia, a política de colonização dirigida, que vem sendo implantada, constitui um dos investimentos sociais, através do qual, o Estado procurou legitimar-se, ao mesmo tempo que mistificou sua função principal: criar condições adequadas para expansão do sistema capitalista no país³². Pois, a colonização, nos moldes como se deu, visa fornecer mão-de-obra para as agroempresas. Em lugar de grandes projetos com infra-estrutura capaz de oferecer auto-sustentação e desenvolvimento aos agricultores que lá iam chegando, elaborou-se pequenos projetos de assentamento, intercalados em meio a áreas destinadas à empresas agropecuárias. Isso é verificado pela localização dos projetos em diversos municípios, para que se garanta a distribuição de mão-de-obra aos grandes proprietários. Com estratégias de atração (pequenos investimentos em estradas, escolas, outros) fez-se acontecer a vinda de grande contingente de migrantes para povoar e trabalhar a terra.

A migração vai agindo como um processo de marginalização. Realiza a saída dos agricultores de suas terras, quer pela estagnação econômica, quer pela

³² TURCCHI, L. M. *A Colonização Dirigida no Processo de expansão da Fronteira Agrícola: Território Federal de Rondônia*. s.d.

1 - MIGRAÇÃO, UM ATO POLÍTICO

Existem, entre outros, basicamente três maneiras de se ocupar uma fronteira agrícola.

1.1. Implantar Grandes Fazendas em Plena Selva

Nesta forma, dada a existência de áreas desocupadas nas imediações, a mão-de-obra trazida poderá abandonar a fazenda e ocupar as terras vizinhas, a fim de trabalhar para si.

1.2. Escravidão

Nesta modalidade, compram-se os trabalhadores para submetê-los ao regime de servidão. Esta é ilegal e onerosa (embora exista em Rondônia, não é o caso de descrevê-la neste trabalho).

1.3. Colonização

Ocupar uma área para dela usufruir o máximo de proveito. Não em favor do progresso da região e de sua coletividade, mas para extrair dela benefícios, programadamente, em prol de um pequeno grupo. Foi o que os europeus fizeram com o Brasil-Colônia. É o que o governo brasileiro fez e está fazendo com a Amazônia.

No caso específico de Rondônia, a política de colonização dirigida, que vem sendo implantada, constitui um dos investimentos sociais, através do qual, o Estado procurou legitimar-se, ao mesmo tempo que mistificou sua função principal: criar condições adequadas para expansão do sistema capitalista no país³². Pois, a colonização, nos moldes como se deu, visa fornecer mão-de-obra para as agroempresas. Em lugar de grandes projetos com infra-estrutura capaz de oferecer auto-sustentação e desenvolvimento aos agricultores que lá iam chegando, elaborou-se pequenos projetos de assentamento, intercalados em meio a áreas destinadas à empresas agropecuárias. Isso é verificado pela localização dos projetos em diversos municípios, para que se garanta a distribuição de mão-de-obra aos grandes proprietários. Com estratégias de atração (pequenos investimentos em estradas, escolas, outros) fez-se acontecer a vinda de grande contingente de migrantes para povoar e trabalhar a terra.

A migração vai agindo como um processo de marginalização. Realiza a saída dos agricultores de suas terras, quer pela estagnação econômica, quer pela

³² TURCCHI, L. M. *A Colonização Dirigida no Processo de expansão da Fronteira Agrícola: Território Federal de Rondônia*. s.d.

mudança dos meios de produção no campo, favorecendo a concentração de terras para poucos³³.

Assim, a colonização em Rondônia não só criou os bolsões de subsistência de mão-de-obra como também o barateamento da mesma. Fica evidente que o modelo físico de ocupação proposto para a região, constitui-se num magnífico exemplo de tentativa oficial de formar núcleos de pequenos produtores destinados a se autoproduzirem como força de trabalho para a empresa agropecuária.

2 - URBANIZAÇÃO

A formação dos centros urbanos, em Rondônia, se deu ao longo da BR-364, à beira dos rios e nos núcleos dos projetos de colonização, em consequência, principalmente, da não absorção da população pelo setor agrícola.

Os migrantes, em sua grande maioria, vieram, atraídos pela propaganda, para ocupar a terra. Como os pólos de colonização não propiciaram tal oportunidade, não restou alternativa aos excedentes, senão a de se agruparem para tentar a sobrevivência de outro modo. Aos poucos foram formando-se pequenos lugarejos, geralmente à beira de algum rio.

Desta maneira, as cidades apresentam fortes traços de improvisação, com precário abastecimento de água, luz e péssimas condições de salubridade. O crescimento ocorreu desordenadamente, como resultado da desestrutura agrária. Soma-se a isto, a inexistência de uma política para industrialização do potencial de matéria-prima, como a madeira, os minérios, culturas regionais e outros.

À falta de incentivo para indústria, acrescenta-se a precariedade das estradas, o que elevaria o custo do transporte intra e inter regionais. Há ainda o déficit de energia elétrica, como uma das necessidades para implantação de indústrias.

Com a falta de uma base industrial diversificada capaz de atrair indústrias complementares; a escassez de recursos associada a deficiência de planejamento; o fracasso dos projetos de colonização, acarretou um processo espontâneo de urbanização.

³³ CEM - Centro de Estudos Migratórios. Texto Mimeo, São Paulo, 1980.



3 - EDUCAÇÃO

A escola e sua produtividade é determinada por uma combinação de fatores de natureza sócio-econômico-política.

Em Rondônia estes fatores são afunilados pelo sistema de colonização cujo itinerário está presente desde o início de sua história.

A escola, por sua vez tem funcionado como um dos álibis para atração de famílias de agricultores migrantes. (Na divulgação para ocupação das terras, o governo prometia escola para os filhos dos agricultores). Não pela qualidade de ensino, mas, simplesmente, pela possibilidade de acesso à escola. Pois, as comunidades que compunham os núcleos dos projetos de colonização é que construíam as escolas, todo seu equipamento e indicavam o candidato para dar aulas. Aos órgãos públicos, competia apenas o papel de contratar o professor, orientá-lo quanto a parte burocrática e oferecer aos alunos uma mísera e parcelada merenda escolar.

Pelo visto na trajetória histórica, incluindo a municipalização, a questão educacional em Rondônia, mais especificamente, no período da passagem de Território para Estado, apresenta grande fragilidade em todas as suas instâncias, das quais resultam:

- Mobilidade na sala de aula. Isto é, a mobilização da população, o vai-e-vem das famílias migrantes, faz com que, principalmente nas classes de 1ª a 4ª série, os alunos mudem de escola ou de uma cidade para outra. Dificilmente permanecem, por duas semanas seguidas, os mesmos alunos numa sala de aula. O que compromete a sequência do ensino. Isso acontece com maior frequência na zona urbana³⁴.

- Alunos ajudam na lavoura - na zona rural, sendo tempo de plantio ou colheita, os estudantes fazem parte da mão-de-obra. Nestes períodos, eles quase não vão à escola. Quando para ela retornam, já esqueceram muito do pouco que tinham aprendido.

- Escola não tem vínculo com a problemática da região - O raríssimo material pedagógico é o que vem de outros Estados do país. Sobre ele, o aluno estuda de forma totalmente alienada de sua realidade. Por exemplo, é comum fazer-se redação com os temas: inverno, praia, viagem de férias. Sabendo-se que as crianças não têm noção do que seja, principalmente as da área rural que mal possuem rádio.

³⁴ Depoimento de professor de 1ª a 4ª série, em entrevista, Ji-Paraná, 1994.

- Professores despreparados - O critério decisivo para contratação era saber ler e escrever. Pode-se imaginar que tipo de aulas eram dadas, se hoje com a bagagem que o professor tem, o ensino é ministrado de forma tão precária?

- Programa de qualidade inexistente - Durante o manuseio da literatura e fontes de pesquisa para realização desta dissertação, em nenhum pude constatar algum aceno para esta questão. Parece assunto não cogitado para o ensino em Rondônia.

- Oportunidade de acesso à escola insuficiente - Através dos quadros demonstrativos do Capítulo III deste trabalho, podemos ver que a escola não absorveu a demanda de crianças em idade escolar.

Se olharmos para o que se passa em Rondônia e o comportamento com o paradigma *universalização da escola pública* (quantidade X qualidade) veremos que a questão educacional está aquém do mínimo necessário do que requer o ensino destinado a seres humanos. Quando sabemos que as condições básicas para concretizar o par qualidade/quantidade suporia duas grandes linhas estratégicas de consolidação: recursos humanos e recursos físicos. No entanto, em nenhum destes itens podemos enquadrar a situação de Rondônia no período aqui estudado, respectivamente.

Sem menção alguma a um plano de diretrizes educacionais capaz de absorver a totalidade da população escolarizável, com bastante professores leigos, salários atrasados e baixos, recursos financeiros necessários à satisfação das necessidades escolares não disponíveis, a educação tenta sua sobrevivência. Amparada basicamente por grande número de educadores, cujo comprometimento justifica sua permanência na sala de aula, a questão qualidade de ensino está ligada somente à postura pedagógica de cada professor.

A municipalização do ensino vai acontecendo de forma totalmente desvinculada dos segmentos sociais.

A comunidade, mais precisamente, os pais, parecem já ter incluído a escola no rol das precariedades que se encontra o Estado. Para isto, favoravelmente cômico para as autoridades educacionais, que à toda hora vão aos meios de comunicação justificar, com belos discursos, seu afastamento à classe dominante, que, como bem acontece a nível de pais, a educação não passa de um simples instrumento de veiculação ideológica servindo de sustentação do mesmo grupo no poder.

Por isso, para que se possa entender a problemática educação, sob qualquer instância, é preciso um crescente entendimento da história, pela qual ela é movida.

CONCLUSÃO

Pelas fontes de informação consultadas para elaboração deste trabalho e pelo que se observa da realidade, pode-se dizer que a previsão de superação do estado de dependência, em todos os âmbitos da sociedade rondoniense, está bem distante.

Na área de infra-estrutura, cujo fator principal é o setor agrícola, vemos que, incapacitados por falta de recursos, condições de solo, de clima e, acima de tudo pela ausência de uma política de apoio, os colonos se vêem transformados em produtores descapitalizados. A maioria parece fadada a engrossar as fileiras da mão-de-obra disponível para utilização nas médias e grandes empresas agropecuárias. Ou, a fazer parte das correntes migratórias destinadas a novos eldorados cada vez mais difíceis de serem encontrados. Ou, provavelmente, formar as periferias das cidades. Esta situação inclui também a progressiva urbanização da fronteira.

A educação, por sua vez, está estreitamente vinculada aos determinantes estruturais e suas relações com o político, o econômico e o social. Com nenhuma conotação de prioridade, sendo apenas um vértice mal direcionado deste contexto.

Sem menção alguma a um plano de diretrizes educacionais capaz de absorver a totalidade da população escolarizável, com bastante professores leigos, salários defasados e atrasados, recursos financeiros necessários à satisfação das necessidades e escolares não disponíveis, a educação tenta sua sobrevivência. Amparada basicamente por grande número de educadores, cujo comprometimento justifica sua permanência na sala de aula, a questão qualidade de ensino está ligada somente à postura pedagógica de cada professor.

A municipalização do ensino vai acontecendo de forma totalmente desvinculada dos segmentos sociais

A comunidade, mais precisamente, os pais, parecem já ter incluído a escola no rol das precariedades a que se encontra o Estado. Fato este, favoravelmente cômodo para as autoridades educacionais, que à toda hora vão aos maios de comunicação justificar, com belos discursos, seu atrelamento à classe dominante, que, como bem acontece a nível de país, a educação não passa de um simples instrumento de veiculação ideológica servindo de sustentação do mesmo grupo no poder.

Por isso, para que se possa entender a problemática educação, sob qualquer instância, é preciso um crescente entendimento da história, pela qual ela é movida.

Pelo visto, os fortes traços de dependência, não só, mas também da educação em Rondônia, limitam as possibilidades tanto na infra, quanto na superestrutura da sociedade.

Para equacionar os problemas existentes, devemos acima de tudo, ter um modelo econômico distributivo, um estado democrático e uma política educacional que valorize a unidade escolar e o professor.

ANEXOS



QUADRO 01

POPULAÇÃO RESIDENTE EM RONDÔNIA NAS DATAS DOS RECENSEAMENTOS 1950 - 1980			
ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE	INCREMENTOS ABSOLUTOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA (% a.a.)
1950	37.173	---	---
1960	69.792	32.619	6,50
1970	111.064	41.271	4,76
1980	492.810	381.746	16,07

FONTE: IBGE: Censo Demográfico, Rondônia, Roraima, Amapá, 1980.

QUADRO 01

ATENDIMENTO AO ENSINO PRÉ-ESCOLAR SEGUNDO
REDE DE ENSINO
RONDÔNIA - 1983

POPULAÇÃO RESIDENTE EM RONDÔNIA NAS DATAS DOS RECENSEAMENTOS 1950 - 1980			
ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE	INCREMENTOS ABSOLUTOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA (% a.a)
1950	37.173	----	----
1960	69.792	32.619	6,50
1970	111.064	41.271	4,76
1980	492.810	381.746	16,07

FONTE: IBGE: Censo Demográfico, Rondônia, Roraima, Amapá, 1980.

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e
Pesquisa Educacional (DEPE).

(1) 62 UR de 1º e 2º graus que mantêm o pré-escolar.

4 fechadas não foram incluídas na Rede Municipal.

Não computados alunos, salas de aula e docentes de 06 UE por falta de dados.

(2) Não computados alunos, salas de aula e docentes de 06 UE por falta de dados.

04 fechadas não foram incluídas na rede particular.

OBS.: UE - Unidade Escolar

SA - Salas de Aula

AL - Número de Alunos

Duc. - Docentes

QUADRO 02

ATENDIMENTO AO ENSINO PRÉ-ESCOLAR SEGUNDO

REDE DE ENSINO

RONDÔNIA - 1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	TOTAL				REDE DE ENSINO							
					MUNICIPAL				PARTICULAR			
	UE	SA	AL	Doc	UE (1)	SA	AL	Doc	UE (2)	SA	AL	Doc
RONDÔNIA	124	257	13146	427	92	168	10188	312	32	89	2958	115
Porto Velho	55	120	6616	211	35	69	4774	142	20	51	1842	69
Ariquemes	04	13	762	15	03	11	667	13	01	02	95	02
Jarú	05	06	242	06	05	06	242	06	---	---	---	---
Ouro Preto do Oeste	01	03	270	05	01	03	270	05	---	---	---	---
Ji-Paraná	08	17	274	24	05	08	495	13	03	09	229	12
Presidente Médica	03	04	434	11	03	04	234	11	---	---	---	---
Cacoal	07	19	1163	30	05	11	884	19	02	08	279	11
Pimenta Bueno	03	03	324	14	03	03	324	14	---	---	---	---
Espigão do Oeste	04	04	188	06	04	04	188	06	---	---	---	---
Vilhena	09	14	596	15	07	08	433	11	02	08	163	04
Colorado do Oeste	07	09	370	08	07	09	370	08	---	---	---	---
Guajará-Mirim	16	39	1422	72	13	31	1282	63	03	08	140	09
Costa Marques	02	06	235	09	01	01	25	01	01	05	210	08

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).

(1) 62 UR de 1º e 2º graus que mantém o pré-escolar.

4 fechadas não foram incluídas na Rede Municipal

Não computados alunos, salas de aula e docentes de 06 UE por falta de dados.

(2) Não computados alunos, salas de aula e docentes de 06 UE por falta de dados.

04 fechadas não foram incluídas na rede particular.

OBS.: - UE - Unidade Escolares

SA - Salas de Aula

AL - Número de Alunos

Doc. - Docentes

QUADRO 03

**TAXA DE ATENDIMENTO NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 6 ANOS NO
ENSINO PRÉ-ESCOLAR
SEGUNDO REDE DE ENSINO
RONDÔNIA - 1983**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL	REDE MUNICIPAL		REDE PARTICULAR		TOTAL GERAL	
		População Atendida	Taxa de Atendimento (%)	População Atendida	Taxa de Atendimento (%)	População Atendida	Taxa de Atendimento (%)
RONDÔNIA	69.036	9.975	14,45	2.325	3,37	12.300	17,82
Porto Velho	16.508	4.693	28,43	1.420	8,60	6.113	37,03
Ariquemes	5.060	639	12,63	79	1,56	618	12,21
Jarú	4.355	242	5,56	---	---	242	5,56
Ouro Preto do Oeste	6.475	270	4,17	---	---	270	4,17
Ji-Paraná	7.081	480	6,78	157	2,22	637	9,00
Presidente Médici	2.958	234	8,35	---	---	234	7,91
Pimenta Bueno	3.188	321	10,07	---	---	321	10,07
Espigão do Oeste	1.246	166	13,32	---	---	166	13,32
Vilhena	2.423	404	16,67	121	4,99	525	21,67
Colorado do Oeste	5.343	370	6,92	---	---	370	6,92
Guajará-Mirim	3.306	1.247	37,72	101	3,06	1.348	40,77
Costa Marques	514	25	4,86	168	32,68	193	37,55
Cacoal	10.583	884	8,35	279	2,64	1.163	10,99

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE)

OBS.: A população atendida inclui os alunos de 6 e mais anos.

QUADRO 04**NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR DA
REDE MUNICIPAL
RONDÔNIA - 1983**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE ALUNOS	NÚMERO DE TURMAS	RELAÇÃO ALUNO/TURMA
RONDÔNIA	10.188	314	32
Porto Velho	4.774	130	36
Ariquemes	667	20	33
Jarú	242	09	26
Ouro Preto do Oeste	270	06	45
Ji-Paraná	495	17	29
Presidente Médici	234	06	39
Pimenta Bueno	324	09	36
Espigão do Oeste	188	06	31
Vilhena	433	15	28
Colorado do Oeste	370	15	24
Guajará-Mirim	1.282	57	22
Costa Marques	25	01	25
Cacoal	884	23	38

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).



QUADRO 05

MATRÍCULA NO ENSINO DE 1º GRAU OFICIAL URBANO SEGUNDO SÉRIE ESCOLAR RONDÔNIA - 1983

MATRÍCULA REGIÃO ADMINISTRATIVA	TOTAL		URBANA		RURAL	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
TOTAL	130.595	100,00	78.155	59,85	52.440	40,15
Porto Velho	32.389	100,00	29.572	91,30	2.817	9,70
Ariquemes	9.083	100,00	5.072	55,85	4.011	44,75
Jarú	7.295	100,00	2.414	33,00	4.881	77,00
Ouro Preto do Oeste	9.019	100,00	2.185	24,20	6.834	75,80
Ji-Paraná	14.583	100,00	9.183	63,00	5.400	37,00
Presidente Médici	5.928	100,00	2.037	34,30	3.891	65,70
Pimenta Bueno	5.549	100,00	2.982	52,80	2.667	47,20
Espigão do Oeste	2.475	100,00	1.177	45,50	1.298	42,50
Vilhena	4.676	100,00	4.251	91,00	425	10,00
Colorado do Oeste	11.081	100,00	4.067	36,70	7.012	63,30
Guajará-Mirim	7.714	100,00	6.589	85,40	1.125	14,60
Costa Marques	1.048	100,00	771	73,60	277	26,40
Cacoal	19.655	100,00	7.853	40,00	11.802	60,00

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).

QUADRO 06

MATRÍCULA NO ENSINO DE 1º GRAU OFICIAL URBANO SEGUNDO SÉRIE ESCOLAR RONDÔNIA - 1983

MATRÍCULA	TOTAL		1º A 4º SÉRIE		5º A 8º SÉRIE	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
REGIÃO ADMINISTRATIVA						
RONDÔNIA	78.155	100,00	51.819	66,40	26.336	33,60
Porto Velho	29.572	100,00	19.249	65,00	10.323	35,00
Ariquemes	5.072	100,00	3.446	68,00	1.626	32,00
Jaru	2.414	100,00	1.767	73,20	647	22,80
Ouro Preto do Oeste	2.185	100,00	1.591	12,90	594	27,10
Ji-Paraná	9.183	100,00	6.012	65,40	3.171	34,60
Presidente Médici	2.037	100,00	1.392	68,30	645	31,70
Pimenta Bueno	2.982	100,00	2.142	71,80	840	27,20
Espigão do Oeste	1.177	100,00	763	64,80	414	35,20
Vilhena	4.251	100,00	2.871	67,50	1.380	32,50
Colorado do Oeste	4.069	100,00	2.985	73,10	1.094	24,90
Guajará-Mirim	6.589	100,00	3.921	60,00	2.668	40,00
Costa Marques	771	100,00	531	68,90	240	31,10
Cacoal	7.853	100,00	5.118	65,10	2.735	34,90

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).

QUADRO 07

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO OFICIAL DA ESCOLA DE 1º GRAU (1ª A 4ª SÉRIE) RONDÔNIA - 1974/1983

A O	TOTAL GERAL	TOTAL		SÉRIES								TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL	
				1º		2º		3º		4º			
		URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
1974	26 292	12 275	14 017	5 103	9 006	2 875	2 853	2 455	1 464	1 642	694	—	—
1975	32 472	14 496	17 976	6 198	12 078	2 982	3 316	3 025	1 708	2 291	874	18,1	28,2
1976	38 186	16 427	21 759	6 812	13 187	3 857	4 789	3 034	2 646	2 724	1 137	13,3	21,0
1977	49 040	28 165	28 875	8 530	17 857	4 642	5 673	4 147	3 589	2 848	1 756	22,8	32,7
1978	55 586	20 688	34 898	8 094	20 418	4 747	7 540	4 165	4 535	3 682	2 405	2,6	20,9
1979	65 669	31 173	34 496	13 419	20 897	7 235	7 234	5 839	4 505	4 680	1 860	50,7	-1,2
1980	73 532	34 255	39 277	14 346	22 727	8 323	8 587	6 328	5 232	5 258	5 731	9,9	13,9
1981	85 390	38 973	46 417	16 311	26 151	9 257	9 883	7 400	6 681	6 005	3 802	13,8	18,2
1982	93 712	43 931	49 781	18 038	26 181	10 624	11 413	8 324	7 423	6 945	4 764	12,7	7,2
1983 ¹	104 259	51 819	52 440	20 332	—	13 681	—	9 863	—	7 963	—	18,0	5,3

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).

1. Estimativa
2. Não computados 579 alunos das 04 UE que mantêm o ensino seriado, no município de Ji-Paraná

QUADRO 08

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO OFICIAL DA ESCOLA DE 1º GRAU (5ª A 8ª SÉRIE) RONDÔNIA - 1974/1983

A N O	TOTAL GERAL	SÉRIES				TAXA DE CRESCIMEN -TO ANUAL
		5ª	6ª	7ª	8ª	
1974	4.576	1.931	1.268	772	607	—
1975	7.045	2.604	1.916	1.584	941	53,9
1976	7.306	3.081	1.922	1.355	948	3,7
1977	12.090	4.117	2.706	1.959	3.308	65,4
1978	11.693	4.321	3.220	2.457	1.695	-3,2
1979	16.537	6.567	4.327	3.196	2.447	41,4
1980	18.253	7.156	4.822	3.536	2.739	10,3
1981	20.071	7.650	5.175	4.154	3.092	10,0
1982	22.603	9.150	5.712	4.210	3.351	12,6
1983	26.336	10.987	6.902	4.811	3.636	16,5

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).

QUADRO 09

DEMANDA POTENCIAL PARA ENSINO DE 1º GRAU, POPULAÇÃO ATENDIDA E TAXA DE ATENDIMENTO RONDÔNIA - 1980/1983

A N O	DEMANDA POTENCIAL 7 - 14 ANOS	POPULAÇÃO ATENDIDA	TAXA DE ATENDIMENTO
1980	108.330	74.780	69,03
1981	125.656	90.865	72,31
1982	145.523	97.068	66,70
1983	168.653	113.082	67,05

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).

(1) Dados não Ajustados.

QUADRO 10

**DEMANDA POTENCIAL, POPULAÇÃO ATENDIDA NA FAIXA ETÁRIA DE
7 A 14 ANOS E TAXA DE ATENDIMENTO NO ENSINO DE 1º GRAU
SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
RONDÔNIA - 1983**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	DEMANDA POTENCIAL	REDE MUNICIPAL		REDE PARTICULAR		TOTAL GERAL	
		População Atendida	Taxa de Atendimento	População Atendida	Taxa de Atendimento	População Atendida	Taxa de Atendimento
RONDÔNIA	168.653 ¹	109.318	64,82	3.764	2,23	113.082	67,05
Porto Velho	37.665	25.597	67,96	2.262	6,01	27.859	73,97
Ariquemes	12.412	7.656	61,68	81	0,65	7.737	62,33
Jarú	10.937	6.494	59,38	---	---	6.494	59,38
Ouro Preto D'Oeste	16.606	7.870	47,41	---	---	7.870	47,41
Ji-Paraná	18.138	12.689	69,96	257	1,42	12.946	71,38
Presidente Médici	7.380	4.978	67,45	---	---	4.978	67,45
Cacoal	26.188	17.576	67,11	690	2,63	18.266	69,74
Pimenta Bueno	8.047	4.794	59,57	----	----	4.794	59,57
Espigão do Oeste	3.328	2.075	62,35	----	---	2.075	63,35
Vilhena	5.475	3.796	69,23	124	2,26	3.920	71,49
Colorado do Oeste	13.501	9.336	69,15	---	---	9.336	69,15
Guajará-Mirim	8.375	5.649	67,45	350	4,18	5.999	71,63
Costa Marques	1.136	808	71,13	---	---	808	71,13

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).

(1) Dados não Ajustados.

QUADRO 11

ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO OFICIAL DE 2º GRAU SEGUNDO DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL RONDÔNIA - 1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	ALUNOS	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO
TOTAL	9.354	100,00
Porto Velho	4.709	50,90
Ariquemes	449	4,80
Jarú	156	1,60
Ouro Preto D' Oeste	138	1,40
Ji-Paraná	1.219	13,00
Presidente Médici	93	0,90
Cacoal	761	8,10
Pimenta Bueno	288	3,00
Espigão do Oeste	69	0,70
Vilhema	525	5,60
Colorado do Oeste	259	2,70
Costa Marques	---	---
Guajará-Mirim	688	7,30

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).

QUADRO 12

**TAXA DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA ENTRE
15 E 19 ANOS NO ENSINO DE 2º GRAU, SEGUNDO REDE DE ENSINO
RONDÔNIA - 1983**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	DEMANDA POTENCIAL	REDE MUNICIPAL		REDE PARTICULAR		TOTAL GERAL	
		População Atendida	Taxa de Atendimento	População Atendida	Taxa de Atendimento	População Atendida	Taxa de Atendimento
RONDÔNIA	86.391 ¹	4.843	5,61	222	0,26	5.065	5,86
Porto Velho	19.602	2.541	12,96	208	1,06	2.749	14,02
Ariquemes	6.301	259	4,11	---	---	259	4,11
Jarú	5.519	72	1,30	---	---	72	1,30
Ouro Preto D'Oeste	7.947	63	0,79	---	---	63	0,79
Ji-Paraná	9.493	608	6,40	---	---	608	6,40
Presidente Médici	3.783	42	1,11	---	---	42	1,11
Cacoal	13.168	343	2,60	14	0,11	357	2,71
Pimenta Bueno	4.354	161	3,70	---	---	161	3,70
Espigão do Oeste	1.736	35	2,02	---	---	35	2,02
Vilhena	2.967	315	10,62	---	---	315	10,62
Colorado do Oeste	6.910	127	1,84	---	---	127	1,84
Gujará-Mirim	4.227	277	6,55	---	---	277	6,55
Costa Marques	553	---	---	---	---	---	---

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).

(1) Dados não Ajustados.



BIBLIOGRAFIA

QUADRO 13

MATRÍCULA NO ENSINO OFICIAL URBANO DE 2º GRAU EM 30 DE ABRIL,
SEGUNDO NÚMERO DE TURMAS E SÉRIES
RONDÔNIA

REGIÃO ADMINISTRATIVA	TOTAL		SÉRIES							
			1ª		2ª		3ª		4ª	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
TOTAL	9.354	245	4.652	115	2.851	73	1.803	55	48	2
Porto Velho	4.709	115	2.215	52	1.450	36	996	25	48	2
Aniquemes	449	12	221	06	129	3	99	3	---	---
Jarú	156	4	89	02	52	1	15	1	---	---
Ouro Preto D'Oeste	138	4	72	02	43	1	23	1	---	---
Ji-Paraná	1.219	32	649	16	350	9	220	7	---	---
Presidente Médici	93	3	48	1	27	1	18	1	---	---
Cacoal	761	18	375	8	252	5	134	5	---	---
Pimenta Bueno	288	9	137	4	103	3	48	2	---	---
Espigão do Oeste	69	3	31	1	22	1	16	1	---	---
Vilhena	525	17	269	8	165	6	91	3	---	---
Colorado do Oeste	259	7	157	4	78	2	24	1	---	---
Guajará-Mirim	688	21	389	11	180	5	119	5	---	---
Costa Marques	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional (DEPE).

CEM, Centro de Estudos Migratórios. Texto Mimeo. São Paulo, 1980.

CEPAMI, Tendências da Migração em Rondônia. Ji-Paraná - RO, 1990.

CHEROBIM, Mauro. Os fluxos migratórios e a ocupação recente em Rondônia. s.d., mimeo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Gilberto Luiz.** *Da História à História da Educação*. São Carlos: UFSCAR, 1981.
- BADRA, Anely et all.** História do Município de Guajará-Mirim. In: Calendário de Guajará-Mirim. 1991.
- BADRA, Edson Jorge.** *Leitura de Rondônia*. Porto velho-RO: Mimeo, 1987.
- BASSEGIO, Luiz & PERDIGÃO, Francinete.** *Migrantes Amazônicos*. São Paulo: Loyola, 1982.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues.** *O que é Educação*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRUNELLI, G. O.** *O desenvolvimento contra os índios*. CIMI-RO, Mimeo, 1988.
- BRUNELLI, Gilio.** *De Los Espíritus a Los Micróbios*. Cayambe-Ecuador: Abaya-Yala, 1989 (Tradução do Francês Montreal, 1987) Le Developpement contre les Indiens. In: NS Reyne Cabadieenne des études Latino Americaines et Caraibes, 1987, Vol XII, nº 23.
- CANTANHEDE, Antonio.** *Achegas para a História de Porto Velho*. Manaus-AM. 1950.
- CARRA, Fritjof.** *Política e Desenvolvimento em Sociedade Dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CEM, Centro de Estudos Migratórios.** *Texto Mimeo*. São Paulo, 1980.
- CEPAMI, Tendências da Migração em Rondônia.** Ji-Paraná - RO, 1990.
- CHEROBIM, Mauro.** *Os fluxos migratórios e a ocupação recente em Rondônia*. s/d, mimeo.

- CUNHA**, Euclides de. *à Margem da História*. in: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1966.
- CUNHA**, Eurípedes da In: *Caminhos do Acre*. R.I.H.G.B. Rio, 1950.
- DIAS**, R. *Rondônia, Urbanização e Expansão da Fronteira Agrícola*. s/d.
- ESTADÃO** do Norte, Jornal. Notícia do dia 26/07/94. Porto Velho - RO.
- FERNANDES**, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Ed. USP, 1966, Col. Ciências Sociais.
- FREIRE**, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FRITAG**, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 6ª ed., São Paulo: Ed. Moraes, 1980.
- GADOTTI**, Moacir. *Educação e Compromisso*. Campinas-SP: Papyrus, 1987.
- HUGO**, Vitor. *Desbravadores*. 2ª ed., Rio de Janeiro: CBAG, 1992.
- IBGE**, *Censo Demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - Brasil*. Rio de Janeiro: 1983.
- IBGE**, Rio de Janeiro, *Censo Demográfico: dados distritais - Rondônia, Roraima, Amapá*. Rio de Janeiro: 1980.
- INCRA**. *Diagnóstico e Perspectiva para o Território Federal de Rondônia*. In: Relatório. Rondônia. 1979.
- INCRA**. *Relatório*. Rondônia: 1972.
- INCRA**. *Relatório*. Rondônia: 1980.
- LANDO**, A. Marli. *Estado e Campesinato: O processo de ocupação de Rondônia*. Belo Horizonte: s. ed., 1979. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- LARROYO**, Francisco. *História Geral da Pedagogia*. 1ª ed.; 2º vol., São Paulo. Ed. Mestre Ion, 1970, Trad. de Luiz A. Caruso, 1000 pág.

- LIMA**, Abnael Machado de. *Achegas para a História da Educação de Rondônia*. Terras de Rondônia. 2ª ed., Porto velho-RO: 1991.
- LIMA**, Cláudio de Araújo & **CASTRO**, Plácido de. *Um Caudilho contra o Imperialismo*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- MARTINE**, George. *Colonização e Expansão da Fronteira Agrícola no Brasil*, Avaliações e Avaliação. México: 1985.
- MAYOR**, Alejandro e Maria Leopoldina. *Depoimento*. Ji-Paraná. 1994.
- MEIRELLES**, Malden Denise. *Guardiães da Fronteira*. Rio Guaporé, Século XVIII, Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.
- MOURA**, Castro Cláudio de. *Discurso na Inauguração do SENAI de Porto Velho*. In: Revista Veja 05/1993.
- PASTORE**, José. *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: USP, 1979.
- PINTO**, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*. UFRJ. RJ. 1988.
- PINTO**, Emanuel Postes. *Criação do Território Federal do Guaporé, Fator de Integração da Fronteira Ocidental do Brasil*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, Gráfica Caiari, setembro/1992.
- PUETTER**, Frei Pancrácio, OFM. *Missão Franciscana no Estado do Amazonas (1870 - 1902)*. In Revista Santo Antônio, Recife - PE. Ano I Nº 2. 1943.
- REIS**, Arthur Cezar Ferreira. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. São Paulo. EPS, 1942.
- REIS**, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Vol. II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.
- RIBEIRO**, Darcy. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, Estudos de Antropologia da Civilização I.
- RIBEIRO**, Maria Luiza S. *História da Educação Brasileira. A Organização Escolar*. 6ª ed., São Paulo: Ed. Moraes, 1986.

ROCHA, José A. P., *Diagnóstico Sócio-Econômico do Território Federal de Rondônia*. Porto Velho-RO, s. ed., 1980.

ROMANELLI, Otaiza Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1983.

RONDÔNIA. *Conselho Estadual de Educação*. 1981

RONDÔNIA. Regionalização para Descentralização do Planejamento. Porto Velho-RO.: 1982.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. DEPE - Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional. Porto Velho-Ro.: 1983.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. *Municipalização do Ensino em Rondônia*. Porto Velho-RO.: 1983.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Programa de Investimentos Urbanos. Porto Velho-RO.: 1981.

SAVIANI, Dermeval. *Do Senso Comum à Consciência Filosófica*. 11ª ed., São Paulo: Editores Associados, UNICAMP, 1993.

TAVARES, A. Bastos C. & TORRES, Alberto. *O Vale do Amazonas*. 2ª ed., Rio de Janeiro: CEN., 1937.

TONELLI, Nicélio Cezar. *A Diplomacia e o Capitalismo Internacional - A Incorporação do Acre ao Brasil (1898 - 1903)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: 1986.

TURCCHI, L. M. A. *A Colonização Dirigida no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola: Território Federal de Rondônia*. Brasília, s/d. mimeo.

UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.
Plano de Emergência - Educação Básica.
Brasília. 1991

unesp
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, CIÊNCIAS SOCIAIS E DA DOCUMENTAÇÃO
BIBLIOTECA

Here 660

BIBLIOTECA

DEVOLVER NA ÚLTIMA DATA FIXADA

[illegible]

MOD. 122